

PUBLICIDADE LEGAL



SLC AGRÍCOLA S.A.
COMPANHIA ABERTA

CNPJ/ME: 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral, a ser realizada no dia 27/04/2023, às 11h00 ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 081/22 ("Resolução CVM 081"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, assim como o Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração; 3. Definir o número de membros do Conselho de Administração; 4. Eleger os membros do Conselho de Administração; 5. Deliberar acerca da independência dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; e 6. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Reratificar a remuneração anual global dos Administradores, que constou no item V das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária de 29/04/2022. 2. Aumentar o capital social da Companhia em R\$500.000.000,00, elevando-o de R\$1.512.521.509,85 para R\$ 2.012.521.509,85, com bonificação em ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva Estatutárias", conforme disposto no artigo 169 da Lei 6.404/76, com a emissão de 21.242.259 novas ações ordinárias, com custo unitário atribuído às ações bonificadas de R\$ 23,54, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações de que forem titulares na data-base; 3. Em decorrência do aumento do capital social, alterar a redação do artigo 5º Estatuto Social da Companhia; 4. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **25/04/2023 (inclusive)**, mediante acesso ao link: https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista_wpcconsentimento.aspx?CxW0jdnQS4JAgUx1h1BxRZ5mHJMyXv5LggQ7XGraxyVOIE_ZCUKNny_Diq2ils. Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.sicagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). A Companhia solicita, além do documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, a seguinte documentação: - Comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias antes da data da realização da AG; - Instrumento de mandato; - Relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 081, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@sicagricola.com.br, com cópia para juridico@sicagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM 081. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto a Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 7 dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 20/04/2023. Para a requisição da adoção de voto múltiplo, o percentual mínimo de participação no capital votante é de 5%, conforme estabelece a Resolução CVM nº. 070/2022. Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, o requerimento para adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária. Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 081 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e www.sicagricola.com.br/ri/). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta de Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.sicagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). Porto Alegre, 24/03/2023. Eduardo Silva Logemann - **Presidente do Conselho de Administração.**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
CNPJ N.º 87.762.563/0001-03 NIRE N.º 43300010007 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da **COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81/2022, conforme alterada ("AGO"), a fim de deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022;

b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2022 e a distribuição de dividendos;

c) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023.

Instruções Gerais:

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGO: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser:

(i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (ri.habitasul.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 24 de março de 2023; ou

(ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGO, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGO, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGO via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGO, deverá acessar o site da Companhia, no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=12CC884D97D0>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGO descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 23 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81/2022, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro para participação no prazo acima mencionado contendo todos os documentos necessários não poderão participar da AGO.

A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o upload de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGO, bem como todos os documentos relativos a ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.habitasul.com.br>). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@habitasul.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303 3893 Ramal 4009/4010.

Porto Alegre, 24 de março de 2023.
 Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão



Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

**Crédito Real
Imóveis e Condomínios S.A.**
CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, situada na Av. Carlos Gomes, 1450, os documentos a que se refere o Art. 133 da lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2022.
Porto Alegre, 24 de março de 2023.
Carlos Eduardo Ruschel - Diretor Superintendente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TESB Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.

CNPJ nº 13.289.882/0001-07 - NIRE 43.300.058.522

A Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. informa aos seus acionistas que suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração e demais documentos aplicáveis descritos no artigo 133 da Lei 6.404/76, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

oleoplan
 OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO - CNPJ Nº 88.676.127/0001-76 - NIRE 43300010864 - RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para sua apreciação, as demonstrações financeiras resumidas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, sendo que a íntegra destas demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes estão disponíveis na sede da sociedade. Porto Alegre, 20 de março de 2023. A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	726.484	748.643	868.286	806.641				
Contas a receber clientes	216.220	251.725	438.567	435.034				
Adiantamentos a fornecedores	11.207	5.834	62.472	82.735				
Estoque	372.510	348.010	597.021	539.252				
Créditos tributários	194.973	117.707	343.470	213.867				
Instrumentos financeiros derivativos	21.620	26.617	21.620	26.617				
Outros ativos circulantes	9.834	32.436	15.193	33.655				
Total do ativo circulante	1.552.848	1.530.972	2.346.628	2.137.831				
Não circulante								
Créditos tributários	39.330	40.357	67.006	63.087				
Contas a receber de partes relacionadas	-	586	-	-				
Outros ativos não circulantes	174.350	-	174.350	-				
Depósitos judiciais	2.599	2.293	4.501	4.196				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.245	15.537	53.495	3.179				
Total do realizável a longo prazo	236.524	58.773	299.352	70.462				
Investimentos	1.072.680	1.296.053	1.033.992	529.901				
Imobilizado	195.508	175.173	565.878	494.965				
Intangível	1.012	154	11.224	10.361				
Direito de uso em arrendamento	41.276	51.130	41.276	51.130				
Total do ativo não circulante	1.547.000	1.581.283	1.021.721	1.156.819				
Total do ativo	3.099.848	3.112.255	3.368.349	3.294.650				
Passivos Circulantes								
Fornecedores	369.109	286.884	523.870	386.709				
Salários a pagar	6.811	7.014	9.457	9.181				
Impostos e contribuições a pagar	6.372	8.443	11.057	12.358				
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	2.386				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	739.549	544.246	837.002	606.996				
Instrumentos financeiros derivativos	4.811	2.255	4.811	2.255				
Arrendamento mercantil a pagar	21.371	17.113	21.371	17.113				
Outros passivos circulantes	8.421	7.083	14.889	8.976				
Total do passivo circulante	1.156.444	873.038	1.422.457	1.045.974				
Não circulante								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	813.067	1.348.690	813.067	1.355.881				
Provisão para Contingências	5.803	6.566	8.290	8.834				
Arrendamento mercantil a pagar	17.862	32.481	17.862	32.481				
Outros passivos não circulantes	222	222	222	222				
Total do passivo não circulante	836.953	1.387.959	839.441	1.397.418				
Patrimônio líquido								
Capital social	80.522	80.522	80.522	80.522				
Reserva de capital	555.674	355.674	555.674	355.674				
Ajustes de avaliação patrimonial	466	599	466	599				
Reserva de lucros	469.790	414.463	469.790	414.463				
Total do patrimônio líquido	1.106.452	851.258	1.106.452	851.258				
Total do passivo e patrimônio líquido	3.099.848	3.112.255	3.368.349	3.294.650				

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	295.188	403.471	261.441	425.790
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	49.189	(126.129)	249.295	82.369
Equivalência patrimonial	11.507	8.943	22.484	14.790
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	(206.511)	(256.449)	(28.966)	(60.605)
Baixa residual de imobilizado e intangível	230.239	105.353	241.554	111.850
Amortização do direito de uso	14.490	11.738	14.490	11.738
Juros sobre o direito de uso	(1.384)	1.392	(1.384)	1.392
Provisões para contingências	(763)	1.170	(544)	1.480
Variações de Ativos e Passivos	(120.245)	96.325	(181.793)	(95.811)
Contas a receber	35.505	8.337	(3.532)	(48.613)
Estoques	(24.500)	51.349	(57.769)	(1.232)
Créditos tributários	(80.947)	(65.091)	(183.839)	(100.251)
Instrumentos financeiros derivativos ativos	4.997	(3.945)	4.997	(3.945)
Depósitos judiciais	(305)	(377)	(305)	(398)
Outros ativos	(157.122)	29.617	(135.593)	(13.451)
Fornecedores	82.225	160.267	137.461	196.710
Impostos a pagar	(2.071)	(8.841)	(3.687)	(28.878)
Instrumentos financeiros derivativos passivos	2.555	(1.532)	2.555	(1.532)
Outros passivos	9.413	(71.387)	14.468	(69.829)
Imposto de renda e contribuição social pagos	10.005	(2.072)	43.752	(24.392)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	224.133	373.667	328.943	412.348
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível	(38.946)	(58.149)	(100.556)	(260.972)
Aquisições de investimentos	(150.201)	(754.162)	(25.280)	(434.623)
Baixa de investimentos	480.084	-	480.156	-
Recebimentos de parte relacionadas	100.000	255.180	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	390.936	(557.131)	354.319	(695.595)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Debêntures Conversíveis em Ação	200.000	350.000	200.000	350.000
Debêntures Não Conversíveis em Ação	-	550.000	-	550.000
Empréstimos e financiamentos obtidos	425.524	604.600	534.533	604.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(996.083)	(751.390)	(1.088.895)	(767.688)
Arrendamentos pagos	(17.256)	(13.606)	(17.256)	(13.606)
Dividendos pagos	(250.000)	(500.000)	(250.000)	(500.000)
Financiamentos com partes relacionadas	586	(134)	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(637.229)	239.470	(621.618)	223.306
Aumento/(Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(22.160)	56.006	61.644	(59.941)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	748.643	692.637	806.641	866.582
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	726.484	748.643	868.286	806.641

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	2.943.186	3.020.930	5.874.226	5.204.162
Custo dos produtos e mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(2.826.032)	(2.716.817)	(5.609.039)	(4.660.467)
Lucro bruto	117.154	304.113	265.187	543.695
Despesas administrativas	(48.898)	(51.045)	(76.005)	(72.117)
Despesas com vendas	(47.758)	(50.408)	(74.553)	(64.783)
Outras receitas operacionais	268.036	2.547	270.955	2.583
Resultado da equivalência patrimonial	206.511	256.449	28.966	60.605
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	495.045	461.656	414.550	469.983
Receitas financeiras	136.640	68.639	197.476	89.434
Despesas financeiras	(331.071)	(127.468)	(344.469)	(135.056)
Varição cambial	(5.425)	644	(6.116)	1.429
Despesas financeiras líquidas	(199.856)	(58.185)	(153.109)	(44.193)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	295.188	403.471	261.441	425.790
Imposto de renda e contribuição social - correntes	5.297	(18.502)	(6.564)	(37.956)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4.707	16.430	50.316	13.565
Lucro líquido do exercício	305.193	401.399	305.193	401.399

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores							Patrimônio líquido total
	Reserva de capital		Reserva de lucros			Lucros acumulados		
	Capital social	Agio na integralização de capital	Reserva de avaliação patrimonial	Reservas de subvencões	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.522	5.674	734	34.808	246.125	231.997	599.860	
Debêntures Conversíveis em Ações	-	-	350.000	-	-	-	350.000	
Lucro Líquido do exercício antes das destinações:	-	-	-	-	-	401.399	401.399	
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	(135)	-	-	135	-	
(-) Reserva crédito presumido ICMS	-	-	-	-	83.171	(83.171)	-	
(-) Lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	-	50.360	(50.360)	
(-) Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(268.003)	(268.003)	
(-) Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(231.998)	(231.998)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.522	5.674	350.000	599	34.808	50.359	851.258	
Debêntures Conversíveis em Ações	-	-	200.000	-	-	-	200.000	
Lucro Líquido do exercício antes das destinações:	-	-	-	-	-	305.193	305.193	
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	(133)	-	-	133	-	
(-) Reserva crédito presumido ICMS	-	-	-	-	82.990	(82.990)	-	
(-) Lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	-	22.336	(22.336)	
(-) Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	
(-) Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	80.522	5.674	550.000	466	34.808	22.695	1.106.452	

Marcos M. Boff - Presidente
Andrea M.T.S. Pereira - Vice-Presidente
Joelson B. Boeira - Diretor Financeiro
Jussara T. Scheffel - Contadora: CRC RS 077801/O-8

Jornalismo sério e de credibilidade
 No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!

Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais:



PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2023 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Três Tentos" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia **26 de abril de 2023**, às **10h00**, de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2º e 3, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada realizada na sua sede social, situada na Avenida Principal, nº 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação dos resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar o número de membros Conselho de Administração da Companhia e eleger os seus membros para o próximo mandato, precedida da validação dos requisitos de independência para os candidatos sob esta condição; e (iv) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.
Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a atualização da redação do caput do art. 5º do estatuto social da Companhia de modo a refletir os aumentos do capital social da Companhia realizados dentro do limite do seu capital autorizado, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia nas reuniões realizadas em 23 de dezembro de 2022 e 20 de março de 2023; e (ii) Deliberar sobre a consolidação do estatuto social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas no item anterior. **Instruções Gerais: (a) Representação:** Nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o dia **24 de abril de 2023**, os seguintes documentos: (i) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante, (ii) se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; (iii) se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e (iv) se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei n.º 10.406/02. Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=9E78E3ACA95D>, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, e consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. **(b) Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: **Boletim de voto a distância ("BVD"):** os Acionistas poderão, a partir desta data e até o dia 19 de abril de 2023 (inclusive), manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD; (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. **Digitalmente:** os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação à distância na AGOE, até às 10h00 do dia 24 de abril de 2023, com acesso pelo link <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=9E78E3ACA95D>. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do art. 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual para Participação da AGOE de 2023. **(c) Voto múltiplo:** em atendimento ao disposto no art. 141 da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 70"), a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição da adoção de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE. **(d) Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, <https://ri.3tentos.com.br/>, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), <https://www.gov.br/cvm/pl-br>, da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, <https://www.b3.com.br/pt-br> e no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. **(e) Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700. Santa Bárbara do Sul/RS, 27 de março de 2023.
João Marcelo Dumoncei - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Wecom Comércio, Distribuição e Serviços em Tecnologia da Informação S/A
 CNPJ 10.663.782/0001-00 - NIRE 43300055841. **Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.** Ficam os senhores acionistas convocados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 10h00min, na Av. Carlos Gomes nº 446 sala. 401, bairro Boa Vista, na cidade de Porto Alegre (RS) e sob a plataforma digital (google meet), cujo link será encaminhado via e-mail juntamente com a cópia do Balanço Patrimonial publicado, devendo o acionista acusar recebimento e/ou confirmar no respectivo convite sua presença. **Ordem do dia será:**
 1. Tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2022; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; 3. Regularização do processo de venda e compra de ações ordinárias nominativas da companhia, de titularidade da acionista ONE MG INVEST LTDA., CNPJ nº 12.813.139/0001-33, pela acionista WSR S COMERCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ nº 12.557.795/0001-84 em 22/05/2014; 4. Encerramento da filial de São José - SC; 5. Alteração endereço filial Florianópolis - SC; 6. Consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações aprovadas; 7. Assuntos Gerais. Porto Alegre (RS), 27 de março de 2023.
 João Luiz Martins de Oliveira - Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

 <p style="text-align: center;">HOTEL LAJE DE PEDRA S/A Avenida Carlos Gomes, nº 400 sala 504(parte) PORTO ALEGRE - RS</p> <p style="text-align: right;">CNPJ nº 89.011.456/0001-60 - NIRE 43300009289</p> <p style="text-align: center;">RELATÓRIO DA DIRETORIA Prezados acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2022. Porto Alegre, 31 de dezembro de 2022. A Diretoria</p>				
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO (em R\$ 1)				
BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO				
ATIVO	ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa e Equivalentes de Caixa	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	31.12.2022 31.12.2021
Clientes	1.438 1.474	Fornecedores		614.463 987.680
Outros Ativos	2.899.231 3.000.000	Imp. e Contribuições à Recolher	7	533.352 581.722
	5 211.507 211.507	Prov. para Pagamentos à Efetuar		656 656
ATIVO NÃO CIRCULANTE	25.225.655 29.683.843	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.929.374 3.524.073	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.225.655 29.683.843	Impostos e Contribuições à Recolher	7	1.106.420 1.503.108
Outros Ativos	131.175 290.697	Tributos Diferidos	8	781.952 817.357
Partes relacionadas	25.094.480 29.393.146	Provisão para Contingências	9	1.041.002 1.203.608
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	24.793.994 28.385.071
TOTAL DO ATIVO	28.337.831 32.896.824	Capital Social		53.721.300 53.721.300
		Adiantamento para Futuro Aumento		7.594.105 7.594.105
		Capital		(36.521.411) (32.930.334)
		TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO		LÍQUIDO
				28.337.831 32.896.824
		As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021				
	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aum. de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020	53.721.300	7.594.105	7.030.359	(55.131.010)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(7.030.359)	13.214.754
Lucro do exercício	-	-	-	15.170.318
Saldos em 31 de dezembro de 2021	53.721.300	7.594.105	-	(32.930.334)
Lucro do exercício	-	-	-	(3.591.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	53.721.300	7.594.105	-	(36.521.411)
				24.793.994
				As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (em reais, exceto quando indicado de outra forma)				
1. Contexto operacional				
A Companhia é uma sociedade anônima, com sede social em Porto Alegre - RS, com a finalidade de exploração do ramo hoteleiro para fins turísticos, prestação de serviços de administração de condomínio hoteleiros, hotéis, restaurantes e similares entre outros. Em maio de 2020, foram encerradas as atividades da Companhia e a Administração definiu pela alienação dos ativos da operação do hotel. Devido à decisão de venda os seus ativos não circulantes foram classificados como "mantidos para venda" e contabilizados de acordo com o pronunciamento técnico IFRS 5 e NBC TG 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Em 22/01/2021 o Conselho de Administração aprovou a alienação dos ativos do Hotel Laje Pedra por R\$ 52 milhões.				
2. Apresentação das demonstrações contábeis				
As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2023 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Sua controladora direta é a Habitusul Desenvolvidos Imobiliários S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda., ambas as empresas do Grupo Habitusul.				
3. Práticas contábeis				
(a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.				
(b) Clientes: Classificado na categoria de instrumentos financeiros "empréstimos concedidos e recebíveis", estando apresentados a valores de realização e ajustados por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber, quando aplicável.				
(c) Uso de estimativas: Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação das vidas úteis dos ativos imobilizados, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.				
(d) Instrumentos financeiros: Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor de aquisição (valor justo) acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de derivativos.				
(e) Ajustes a valor presente: Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante. As operações registradas no passivo não circulante em outras contas a pagar foram ajustadas a valor presente.				
(f) Ativos mantidos para venda: Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de reme-				
surações subsequentes, são reconhecidos no resultado.				
(h) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que são prováveis que haja lucros tributáveis futuros.				
(g) Outros ativos e passivos: Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra no próximo doze meses, caso contrário ou quando requerido por pronunciamento específico, são demonstrados como não circulantes.				
(i) Apuração do resultado: A receita de venda de mercadorias e de prestação de serviços estão apresentadas líquidas, ou seja, não inclui os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. Os valores apresentados em custos das mercadorias e serviços prestados do referido exercício, são formados pela soma dos insumos e da mão-de-obra necessárias para a operação da Companhia.				
(j) Resultado por ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o prejuízo diluído por ação é igual ao prejuízo básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.				
4. Clientes				
	31.12.2022	31.12.2021		
Clientes nacionais	2.899.231	3.000.000		
	2.899.231	3.000.000		
5. Outros ativos				
	31.12.2022	31.12.2021		
Depósitos e cauções	131.175	290.697		
Impostos compensáveis	211.507	211.507		
	342.682	502.204		
Circulante	211.507	211.507		
Não Circulante	131.175	290.697		
6. Partes relacionadas: a) Partes relacionadas				
	31.12.2022	31.12.2021		
Ativo				
Habitusul Desenvolvidos Imobiliários S.A.	25.094.480	29.393.146		
Total	25.094.480	29.393.146		
b) Honorários da administração: Os honorários pagos à administração no exercício de 2022 foram de R\$ 2.944 (R\$ 8.844 em 2021).				
7. Impostos e contribuições a recolher				
	31.12.2022	31.12.2021		
Encargos sociais e retenções	6.655	2.892		
Impostos municipais	-	-		
Parcelamentos	1.633.117	2.081.938		
Total	1.639.772	2.084.830		
Circulante	533.352	581.722		
Não Circulante	1.106.420	1.503.108		
8. Tributos diferidos : A base para constituição é a seguinte:				
	31.12.2022	31.12.2021		
Passivo Não Circulante				
Receita Diferida	2.299.859	2.322.374		
Base de Cálculo	2.299.859	2.322.374		
Alíquota Nominal	34%	34%		
IRPJ e CSLL diferidos	781.952	789.607		
Receita Diferida	-	300.000		
Alíquota nominal	9,25%	9,25%		
PIS e COFINS diferidos	-	27.750		
Tributos diferidos passivos líquido	781.952	817.357		
9. Provisão para contingências: A Companhia possui temas e ações administrativas e judiciais de natureza trabalhista decorrentes das atividades normais de seus negócios. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis.				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em R\$ 1, exceto quando indicado ao contrário)				
	Nota	2022	2021	
Receita Líquida das Vendas	12	45.618	4.576.184	
Custo das Vendas e Serviços		-	(5.171.078)	
Resultado Bruto		45.618	(594.894)	
(Despesas) Receitas		(3.907.011)	19.413.017	
Despesas Administrativas	13	(3.811.829)	(1.898.753)	
Despesas Com Vendas	13	(13.651)	-	
Depreciações	-	-	(17.257)	
Outras Rec. (Disp.), Líquidas ..	14	(81.531)	21.329.027	
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(3.861.393)	18.818.123	
Resultado Financeiro	15	262.661	(378.427)	
Despesas Financeiras		(196.550)	(578.380)	
Receitas Financeiras		459.211	199.953	
Resultado Operac. Antes Da Contr. Social e do Imposto De Renda		(3.598.732)	18.439.696	
IR e contribuição social corrente		-	(7.626.290)	
IR e contribuição social diferido ..	16	7.655	4.356.912	
Resultado do Exercício		(3.591.077)	15.170.318	
Resultado Básico/Diluído por Ação ON e PN - em R\$	17	(0,29)	1,21	
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
	2022	2021		
Resultado do Exercício	(3.591.077)	15.170.318		
Resultado Abrangente Total	(3.591.077)	15.170.318		
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				
	Trabalhistas	Tributárias (4)	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	775.001	428.607	1.203.608	
Novos processos/complementos	1.347.556	335.280	1.682.836	
Baixas/acordos	(1.845.442)	-	(1.845.442)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	277.115	763.887	1.041.002	
As causas consideradas como perda possível não estão provisionadas nas demonstrações contábeis tendo em vista dos seus assessores jurídicos entenderem que o desfecho de tais processos não ocasionará perdas relevantes para a Companhia.				
10. Patrimônio líquido: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 53.721.300 representado por 12.586.620 ações nominativas, sendo 8.288.590 ações ordinárias e 4.298.030 ações preferenciais, sem valor nominal. Ajustes de avaliação patrimonial - constituída com base na avaliação de certos ativos imobilizados, ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS.				
11. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro estão registrados pelos seus valores de realização e liquidação, valorizados conforme descrito na Nota 3. Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. Em 31 de dezembro, a Companhia não possui operações com derivativos e passivos que possam ser afetados significativamente pelo fator risco de mercado e taxa de câmbio.				
12. Receita líquida das vendas: A receita líquida é composta como segue:				
	31.12.2022	31.12.2021		
Receita bruta de serviços (*)	50.267	5.044.471		
Impostos incidentes sobre vendas	(4.649)	(468.287)		
Receita líquida de vendas	45.618	4.576.184		
(*) Contempla principalmente a alienação dos ativos do Hotel Laje Pedra.				
13. Despesa por natureza				
	31.12.2022	31.12.2021		
Com vendas				
Publicidade e propaganda	(13.651)	-		
Total	(13.651)	-		
Administrativas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(676.049)	(768.688)		
Provisão para contingências e condenações	(1.659.074)	(498.274)		
Energia elétrica / água / telefone / gás	-	(35.358)		
Manutenções	(333.410)	(20.283)		
Combustíveis e locomoção	(615.746)	(9.547)		
Aluguéis	-	(99)		
Despesas execuções Judiciais	(95.945)	(35.576)		
Outras	(431.605)	(530.928)		
Total	(3.811.829)	(1.898.753)		
14. Outras receitas (despesas), líquidas				
	31.12.2022	31.12.2021		
Outras receitas (despesas) , líquidas				
Conservação de Imóveis	(81.581)	(960.055)		
Outras (*)	50	22.289.082		
Total	(81.531)	21.329.027		
(*) Contempla principalmente a alienação dos ativos do Hotel Laje Pedra.				
15. Resultado financeiro				
	31.12.2022	31.12.2021		
Receitas financeiras				
Descontos	-	58.399		
Juros e variações monetárias ativas	459.211	125.937		
Outras	-	15.617		
Total	459.211	199.953		
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias passivas	(194.165)	(337.873)		
Outras	(2.385)	(240.507)		
Total	(196.550)	(578.380)		
Resultado financeiro	262.661	(378.427)		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
	2022	2021		
FLUXO DE CAIXA PROV. DAS OPER.				
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(4.298.702)	33.575.416		
Caixa Gerado nas operações	(27.613.374)	(12.523.098)		
Lucro/Prejuízo do Exercício	(3.591.077)	15.170.318		
Depreciação	-	17.257		
Provisão p/ Créd. de Liquidação Duvidosa ..	(282.619)	(282.619)		
Provisão para Contingências	(162.606)	498.275		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(7.655)	(4.356.912)		
Resultado na alienação de ativos mantidos para venda	(23.569.417)	(23.569.417)		
Variação nos Ativos e Passivos	23.314.672	46.098.514		
Contas a Receber	383.388	(2.674.462)		
Outras Ativos</				

PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 93.169.340/0001-21 – NIRE 43 3 0003125 0

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Paludo Participações S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais. Porto Alegre, RS, 22 de março de 2023. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	750	1.787	236.123	249.743
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	2.276	4.144
Contas a receber de clientes	6	-	-	433.291	410.491
Ativo de contrato				6.951	3.902
Contas a rec. de partes relacionadas	10	-	-	2.054	3.209
Estoque	7	-	-	682.204	536.277
Impostos a recuperar	8	392	388	91.573	86.478
Despesas antecipadas		30	40	11.301	10.838
Dividendos a receber		45.499	48.597	-	264
Outras contas a receber		991	534	66.281	87.463
		47.662	51.346	1.532.054	1.392.609
Ativo mantido para venda	9	302.090	302.090	302.090	302.090
		349.752	353.436	1.834.144	1.694.699
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	62	-	3.098	2.044
Contas a receber de clientes	6	-	-	61.897	38.938
Ativo de contrato				5.257	2.824
Impostos a recuperar	8	-	-	9.297	6.547
Impostos diferidos	8	650	638	47.315	51.186
Créditos com partes relacionadas	24	-	591	-	591
Bens não de uso próprio				-	363
Outros créditos	11	-	6	43.449	42.377
		712	1.235	170.313	144.870
Investimentos	12	461.560	502.790	17.063	17.703
Propriedades para investimento	13	36.477	37.209	52.711	44.909
Imobilizado	14	119	136	535.173	517.034
Intangível	15	214	214	35.700	37.811
Ativos de direito de uso	16	-	-	29.843	30.892
		499.082	541.584	840.803	793.219
Total do ativo		848.834	895.020	2.674.947	2.487.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital social	Controladores				Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido			
		Reserva legal	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes					
			Reserva especial	Lucros a distribuir						
Saldos em 01 de janeiro de 2021	200.000	-	14.121	221.000	36.082	(87.842)	(8.993)	374.368	39.131	413.499
Realização líquida do custo atribuído-controlada	20.c	-	-	-	-	-	(4.536)	4.536	-	-
Outros resultados abrangentes	12	-	-	-	-	-	(1.951)	(1.951)	-	(1.951)
Cancelamento de ações	20.e	-	-	-	(57.812)	57.812	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	263.328	263.328	9.322
Destinações:										
Constituição de reserva legal	20.b	-	13.166	-	-	-	-	(13.166)	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	20.d	-	-	-	-	-	-	(62.540)	(62.540)	(1.067)
Dividendos adicionais de anos anteriores propostos	20.d	-	-	-	-	-	-	-	(2.430)	(63.607)
Constituição de reserva especial	20.b	-	-	192.158	-	-	-	(192.158)	-	(2.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	200.000	27.287	355.346	36.082	(30.030)	(15.480)	(4.219)	4.219	573.205	44.956
Realização líquida do custo atribuído-controlada	20.c	-	-	-	-	(4.219)	4.219	-	-	-
Outros resultados abrangentes	12	-	-	-	-	(10.373)	(10.373)	-	-	(10.373)
Aumento do capital social	20.a	200.000	-	(200.000)	-	-	-	-	-	-
Venda de investimento		-	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Reversão de dividendos		-	-	-	37.540	-	-	37.540	-	37.540
Cancelamento de ações	20.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	171.348	171.348	10.404
Destinações:										
Constituição de reserva legal	20.b	-	8.568	-	-	-	(8.568)	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	20.d	-	-	-	-	-	(40.695)	(40.695)	(2.213)	(42.908)
Dividendos adicionais de anos anteriores propostos	20.d	-	-	-	-	-	-	-	(28.897)	(28.897)
Constituição de reserva especial	20.b	-	-	126.304	-	-	-	(126.304)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	400.000	35.855	281.650	73.622	(30.030)	(30.072)	-	731.025	24.240	755.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)**1. Contexto operacional**

A Paludo Participações S.A. ("Companhia"), com sede na Av. Severo Dullius, 1395, 9º andar, Porto Alegre/RS, tem como objetivo representações comerciais, participações em outras sociedades, administração de imóveis, prestação de serviços a empresas controladas e coligadas. **1.1. Impactos causados pela pandemia da COVID-19:** A Administração da Companhia e de suas Controladas, permanecem monitorando os possíveis impactos do COVID-19 nos seus negócios, bem como, segue mantendo e orientando sobre as medidas de proteção de combate à pandemia, visando garantir a segurança de colaboradores. No ano de 2022 e até a data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas Controladas não vislumbram riscos significativos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. **1.2. Transações societárias relevantes nos exercícios de 2022 e 2021:** Em 30 de junho de 2021 foi aprovado em assembleia geral extraordinária a redução de capital da controlada Borrachas Vipal S.A. e a restituição do valor à Companhia, no montante de R\$14.248. O capital reduzido foi quitado pela Controlada com a Companhia, mediante a transferência de 510.510 ações de emissão da Fate Pneu do Brasil S.A., até então detidas pela Controlada. Dessa forma esta empresa passou a ser uma investida da Companhia a partir dessa data. Em 1º de junho de 2022, a controlada Borrachas Vipal S.A. recuperou 98.520 ações de sua própria emissão. As ações foram canceladas sem alteração do valor do capital social (vide Nota 12). Em 13 de dezembro de 2022, os sócios da empresa Vipar Participações Ltda aprovaram a 6ª alteração do contrato social, tornando-se uma sociedade unipessoal após a retirada do quilista minoritário. Dessa forma, a Companhia passou a ter 100% de participação nesta empresa a partir dessa data. Em 13 de dezembro de 2022, os sócios da empresa Marpal Administração e Participações Ltda aprovaram a 3ª alteração do contrato social, tornando-se uma sociedade unipessoal após a retirada do quilista minoritário. Dessa forma, a Companhia passou a ter 100% de participação nesta empresa a partir dessa data.

2. Sumário das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos, gestão de riscos e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais. Todos os pronunciamentos em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras foram aplicados pela Companhia e suas Controladas. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa nº 3. A conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2023. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresas	Percentual de participação Direta	
	2022	2021
Borrachas Vipal S.A.	99,998	99,998
BR Plast Participações Ltda	99,999	99,999
Vicência Paludo, Filhos & Cia Ltda	99,999	99,999
Vipar Participações Ltda	100,000	99,950
Marpal Administração e Participações Ltda	100,000	99,778

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo. **2.3. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos e prestação de serviços: A receita de venda de produtos é reconhecida pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia e suas Controladas têm de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Abatimentos por volume (bonificação por performance comercial):* As Controladas oferecem abatimentos por volume para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. As Controladas também são partes de contratos nos quais entregam cargas bonificadas de produtos a clientes, tendo como contrapartida por parte desses clientes o atingimento de metas de compras durante um período de tempo determinado contratualmente. Os custos incorridos a título de bonificação são considerados custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com cliente e, portanto, são registrados como despesa antecipada no

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	6.133	5.535	696.252	483.024
Fornecedores		114	87	182.312	224.176
Contas a pagar a partes relacionadas	10	-	-	89	-
Obrigações fiscais e sociais	18	331	183	75.927	89.353
Obrigações e provisões trabalhistas		416	163	23.714	23.763
Dividendos propostos	10/ 20.d	40.697	62.542	69.056	65.310
Débitos com partes relacionadas	10	-	-	-	20
Passivo de direito de uso	16	-	-	10.727	8.223
Outras contas a pagar		76	954	63.425	62.587
		47.767	69.464	1.121.502	956.456
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	14.570	20.398	580.303	719.904
Obrigações fiscais e sociais	18	-	-	36.846	2.052
Débitos com partes relacionadas	10	52.012	224.667	63.319	63.949
Impostos diferidos	24	2.048	1.849	88.026	90.853
Provisão para litígios	19	16	16	3.861	6.543
Passivo a descoberto em controlada	12	1.396	5.421	-	-
Passivo de direito de uso	16	-	-	20.780	23.877
Outras contas a pagar		-	-	5.045	6.123
		70.042	252.351	798.180	913.301
Patrimônio líquido	20				
Capital social		400.000	200.000	400.000	200.000
Reservas de lucros		391.127	418.713	391.127	418.713
Ações em tesouraria		(30.030)	(30.030)	(30.030)	(30.030)
Outros resultados abrangentes		(30.072)	(15.478)	(30.072)	(15.478)
Total da participação dos controladores		731.025	573.205	731.025	573.205
Participação de acionistas não controladores		-	-	24.240	44.956
Total do patrimônio líquido		731.025	573.205	755.265	618.161
Total do passivo e patrimônio líquido		848.834	895.020	2.674.947	2.487.918

momento da entrega dos produtos e amortizado pelo tempo do contrato e conforme o atingimento das metas pelo cliente. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras das controladas indiretas localizadas no exterior são convertidas para Real (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. **Economia hiperinflacionária:** Para fins de conversão dos saldos contábeis das unidades na Argentina para a moeda de apresentação (Reais (BRL)) utilizada nas demonstrações financeiras contábeis da controlada Borrachas Vipal S.A., foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de \$0,02955 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2022 (\$0,05437 em 31 de dezembro de 2021); e O montante de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de \$0,02955 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2022 (\$0,05437 em 31 de dezembro de 2021). Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida no exercício de 2018 para as unidades da Controlada nesse país. A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 94,79% (50,9% em 31 de dezembro de 2021), conforme IPC. A controlada Borrachas Vipal S.A. efetuou uma correção monetária na sua controlada Vipal S.A., sediada na Argentina, e em sua filial Borrachas Vipal Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária até o exercício de 2017 foram registrados em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 2022 no consolidado foi um ganho de R\$2.223 (perda de R\$15.165 em 2021). **Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **Matérias primas, materiais de embalagens, intermediários e diversos:** Valorizadas ao custo médio de aquisição. **Produtos acabados e em elaboração:** Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. **2.6. Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2) / IAS 18, para fins de demonstrações financeiras da controladora. O investimento é deduzido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Após reduzir até zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. **2.7. Imobilizado:** Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por impairment, quando aplicável. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, à taxa que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **2.8. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis:** Ágio: O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de perda por desvalorização anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. **2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Receita	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	21	2.937	5.875	2.750.701	2.291.344
Custo dos produtos vendidos	22	-	-	(1.933.524)	(1.591.623)
Lucro bruto		2.937	5.875	817.177	699.721
Receitas (despesas) operacionais		-	-	(277.907)	(204.724)
Despesas administrativas e gerais	22	(6.383)	(5.295)	(215.648)	(188.629)
Resultado da equivalência patrimonial	12	185.953	195.229	(266)	1.672
Outras receitas (despesas) líquidas	22	140	112.867	18.045	119.899
Resultado operacional		182.647	308.676	341.401	427.939
Receitas financeiras	23	148	7.767	302.938	244.083
Despesas financeiras	23	(11.260)	(14.705)	(449.507)	(363.075)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		171.535	301.738	194.832	308.947
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(29.104)	(5.352)
Corrente	24	-	-	-	(5.352)
Diferido	24	(187)	(38.410)	16.024	

»»» *Continuação* PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

2.13. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos: • Os principais ativos financeiros reconhecidos são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e ativos mensurados pelo custo amortizado. • Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar, débitos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. **2.14. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **2.15. Arrendamento mercantil:** A controlada Borrachas Vipal S.A. reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Controlada considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. Os contratos que atendem a esta norma são de aluguel de imóvel e de frota de veículos. Para cálculo do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento foi aplicado uma taxa de 10,5% a.a. (10,5% a.a. em 2021) para o aluguel do imóvel e 4,1% a.a. (4,1% a.a. em 2021) para frota de veículos. Essas taxas foram utilizadas com base em simulação junto aos bancos que a Companhia opera. **2.16. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelos CPC/IFRS. A Companhia e suas controladas classificam dividendos recebidos como fluxos de caixa de atividades operacionais. Os dividendos pagos são demonstrados como fluxos de caixa de financiamento.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. **Impostos:** A Companhia e suas Controladas constituem provisões com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. **Provisões para litígios:** A Companhia e as Controladas reconhecem provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis; a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis; as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	20	2	50.838	59.846
Aplicações em moeda nacional	730	1.785	180.223	188.161
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	5.062	1.736
Total	750	1.787	236.123	249.743

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo representados, basicamente, por saldos de disponibilidades. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 são remuneradas a taxas de 90% a 120% do CDI (100% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A aplicação em moeda estrangeira refere-se ao fundo de aplicação multimercado da controlada indireta Vipal S.A. cujo rendimento acumulado é de 54,69% a.a. à data base de 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo referia-se à posição em pesos chilenos da controlada indireta Vipal Chile S.A., com rendimento pré-fixado em 3,36% a.a.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras – CDB	-	-	5.282	6.188
Aplicação financeira – Capitalização	62	-	92	-
	62	-	5.374	6.188
Circulante	-	-	2.276	4.144
Não circulante	62	-	3.098	2.044

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas às taxas de 90% a 104%, do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Clientes mercado interno	1.814	1.814	504.706	456.890
Clientes mercado externo	-	-	72.829	79.706
	1.814	1.814	577.535	536.596

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (1.814) (1.814) (82.347) (87.167)
 Total contas a receber (1.814) - (495.188) (449.429)
 Circulante - - (433.291) (410.491)
 Não circulante - - (61.897) (38.938)
 Os valores classificados no ativo não circulante referem-se às renegociações de créditos junto a clientes. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(1.814)	(1.814)	(87.167)	(81.805)
Adições	-	-	(17.116)	(51.161)
Recuperações/ realizações	-	-	16.749	49.167
Varição cambial	-	-	5.187	(3.369)
Saldo no final do exercício	(1.814)	(1.814)	(82.347)	(87.167)

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	-	-	496.007	431.079
Vencidos:	1.814	1.814	81.528	105.517
De 1 a 30 dias	-	-	33.242	18.978
De 31 a 60 dias	-	-	7.066	17.928
De 61 a 90 dias	-	-	2.861	6.518
Há mais de 90 dias	1.814	1.814	38.359	62.093
Total	1.814	1.814	577.535	536.596

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos prontos	-	-	282.588	230.644
Produtos em elaboração	-	-	39.564	38.410
Matérias-primas	-	-	322.699	222.184
Materiais de embalagem	-	-	7.254	6.326
Materiais intermediários e diversos	-	-	35.910	44.652
(-) Provisão para perda	-	-	(5.811)	(5.939)
Total	-	-	682.204	536.277

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	-	-	(5.939)	(4.526)
Adições	-	-	(7.990)	(7.045)
Reversões	-	-	7.912	5.800
Varição cambial	-	-	206	(168)
Saldo no final do exercício	-	-	(5.811)	(5.939)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	35	350	24.817	25.430
Contribuição social	38	-	6.648	-
ICMS sobre ativo imobilizado	-	-	6.145	1.510
PIS/COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	8.512	5.795
ICMS	-	-	13.554	9.061
IPI	-	-	2.667	1.447
PIS/COFINS	-	-	15.244	16.072
Imposto sobre valor agregado	-	-	8.861	3.753
Outros	-	-	14.522	22.946
Total	392	388	100.870	93.025
Circulante	392	388	91.573	86.478
Não circulante	-	-	9.297	6.547

Imposto de renda e contribuição social: Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL, os quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais. Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em razão desta decisão, a controlada Borrachas Vipal S.A. reconheceu o crédito tributário no valor de R\$11.692 e atualização monetária de R\$2.157 no Consolidado, bem como a exclusão permanente de tais valores de sua base de cálculo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Em 14 de setembro de 2022, a Controlada obteve trânsito em julgado no processo sobre o respectivo tema e os créditos vem sendo utilizados para compensar débitos federais. **ICMS, PIS e COFINS sobre o imobilizado:** São valores referentes à parcela do crédito fiscal incidente sobre as aquisições de imobilizado tais como máquinas, equipamentos, construções, imóveis, e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos com a finalidade de utilização na produção de bens e/ou serviços destinados à venda. **ICMS, PIS e COFINS:** Referem-se a créditos gerados nas operações normais das Controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela Administração das Controladas com base em projeções estimadas de vendas de produtos e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação das Controladas. Os prazos estimados de realização desses ativos são em até 90 dias respeitando a competência para pedidos de ressarcimento.

9. Ativo mantido para venda

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 25 de julho de 2018, a controlada Borrachas Vipal S.A. aprovou a restituição de capital à Companhia, no montante de R\$302.090, através da transferência da propriedade de 324.992.121 ações de emissão da FATE S.A.I.C.I. A Companhia contabilizou este investimento como Ativo Mantido para Venda no ativo circulante. A Companhia avalia a recuperabilidade dos ativos, anualmente, na data base de 31 de dezembro, ou quando existir um indicativo de desvalorização. As mudanças no cenário político-econômico da Argentina, geraram reflexos diretos nas premissas-chaves dos testes de valor recuperável do ativo, realizados em 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, baseada nas projeções de fluxo de caixa, conforme avaliação elaborada por empresa especializada, concluiu a existência de indicadores de não recuperação de valor contábil para o ativo mantido para a venda, considerando que o valor justo para este ativo é de R\$189.198. A Companhia reconheceu uma perda por impairment no montante de R\$112.892, em contrapartida do resultado, na conta de outras receitas (despesas) operacionais, para o qual foi constituído o montante de R\$38.383 de impostos diferidos, gerando um impacto negativo de R\$74.509 no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base nas projeções atualizadas de fluxo de caixa, reverteu os ajustes de impairment contabilizados em 2019. No ano de 2022, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade desses ativos, resultando na manutenção dos saldos.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Valor contabilizado	302.090	189.198
Valor recuperável do ativo	302.090	302.090
(-) Ajuste	-	112.892
(-) Impostos diferidos	-	(38.383)
(=) Efeito no resultado	-	74.509

10. Informações sobre partes relacionadas

Os saldos e transações mantidas pela Companhia com suas controladas e demais partes relacionadas são apresentadas a seguir:

	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Controladora		Receitas	Despesas
			31/12/2022	31/12/2021		
Borrachas Vipal S.A.	-	-	-	-	-	4.481
Arpal Participações S.A.	-	-	-	-	-	604
Vipar Participações Ltda	-	-	-	-	-	69
Vitarap Participações Ltda	-	-	-	-	-	69
Acionistas minoritários pessoas físicas	-	-	44.175	19	-	2.354
Totais em 31 de dezembro de 2022	-	-	52.012	19	-	7.508
Borrachas Vipal S.A.	-	-	-	-	169.712	4.375
VAP Participações S.A.	-	-	-	-	-	94
Arpal Participações S.A.	-	-	-	-	3.660	246
Vipar Participações Ltda	-	-	-	-	2.976	-
Vitarap Participações Ltda	-	-	-	-	908	13
Acionistas minoritários pessoas físicas	591	20	-	-	47.711	6.805
Totais em 31 de dezembro de 2021	591	20	-	-	224.667	11.840

	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Controladora		Receitas	Despesas
			31/12/2022	31/12/2021		
Cya Rubber Distribuidora Ltda	2.049	-	-	-	-	9.813
Fate Brasil	5	-	-	-	-	-
Arpal Participações S.A.	-	-	-	-	4.264	604
Vipar Participações Ltda	-	-	-	-	597	69
Acionistas minorit. pessoas físicas	-	-	-	-	58.458	19
Totais em 31 de dezembro de 2022	2.054	-	-	-	63.319	9.832
Cya Rubber Distribuidora Ltda	3.209	-	-	-	-	2.783
VAP Participações S.A.	-	-	-	-	-	94
Arpal Participações S.A.	-	-	-	-	-	287
Vipar Participações Ltda	-	-	-	-	3.660	-
Acionistas minorit. pessoas físicas	-	-	-	-	608	13
Totais em 31 de dezembro de 2021	3.209	20	-	-	59.681	25
	-	-	-	-	63.949	2.808

Termos e condições de transações com partes relacionadas: a) **Débitos com partes relacionadas:** A Companhia possuía um saldo de contrato de mútuo com a controlada Borrachas Vipal S.A. no valor de R\$14.504 em 31 de dezembro de 2021 com prazo de 60 meses e encargos financeiros equivalentes à variação do CDI. Adicionalmente, a Companhia, em 31 de dezembro de 2021, a controlada Borrachas Vipal S.A. aprovou a redução do capital social no montante de R\$14.248, mediante a transferência de 510.510 ações de emissão da Fate Pneu do Brasil S.A. Ind. Com. Import. e Exportação à Companhia. Por ser uma joint venture, esta Empresa não é consolidada nos resultados da Companhia. Em 1º de junho de 2022, a Companhia e a controlada Borrachas Vipal S.A. firmaram o Contrato de Compra e Vendas de Ações pelo qual a Controlada adquiriu 98.520 ações de sua própria titularidade pelo valor de custo de R\$174.193. A transação foi utilizada para quitação dos saldos de mútuo, conta corrente e contas a pagar pela venda de imobilizado com a Companhia, comentado na Nota 10.

As ações adquiridas foram canceladas por deliberação do Conselho de Administração da Controlada na mesma data, sem redução do capital social. Os acionistas da Controlada ratificaram a decisão do Conselho de Administração da Controlada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 2 de junho de 2022.

	Borrachas Vipal S.A. (a)	BR Plast Participações Ltda	Vicência Paludo Filhos & Cia Ltda	Marpal Adm e Partic Ltda (b)	Vipar Participações Ltda (b/d)	Fate Pneu do Brasil S.A. (c)	Totais 2022	Totais 2021
	Total de ativos	1.974.634	-	-	2.336	-	-	37.926
Total de passivos	1.559.128	-	1.396	1.008	38	4.740	9.103	-
Receita líquida	1.670.617	-	-	12.327	738	215	6.623	-
Capital social	188.073	-	250.000	540	450	47.000	10.010	-
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)	415.506	-	(1.396)	5.427	2.298	25.342	28.823	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	168.071	-	1.711	1.522	525	14.355	(521)	-
Percentual de participação (%)	99,998%	-	100,000%	99,999%	100,000%	100,000%	51,000%	-
Saldos em 31/12/2021	470.170	-	(5.421)	4.905	1.769	10.981	14.965	497.369
Varição cambial/ efeito de ajuste de economia hiperinflacionária reflexo	(10.373)	-	-	-	-	-	-	(10.373)
Integralização de capital social	(174.193)	-	2.314	-	-	-	-	(171.879)
Aquisição de participação societária	-	-	-	1	24	-	25	-
Ganho (perda) em investimento	-	-	-	3	(18)	-	(15)	-
Resultado da equiv. patrimonial - realização do lucro na venda de propriedade para investimento	39	-	-	-	-	-	39	356
Resultado da equivalência patrimonial	168.067	-	1.711	1.522	525	14.355	(266)	185.914
Dividendos	(39.916)	-	-	(1.000)	-	-	-	(49.597)
Saldo final	413.794	-	(1.396)	5.427	2.298	25.342	14.699	460.164
Passivo a descoberto	-	-	1.396	-	-	-	-	1.396
Saldo final Investimentos	413.794	-	-	5.427	2.298	25.342	14.699	461.560

(a) Empresa auditada por outro auditor independente.
 (b) Empresa não auditada.
 (c) Transferência de ações em 30/06/2021.
 (d) Venda do investimento Banco Vipal S.A., em 18/03/2022.

13. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico de aquisição,

»»» Continuação PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

15. Intangível

	Consolidado			
	Saldos em 01/01/2021	Adições	Amortização	Varição Cambial
Goodwill	12.772	-	-	169
Mais valia de ativos	18.943	-	(993)	2.216
Marcas	1.442	354	-	-
Software	3.111	709	(1.202)	(285)
Intangível em andamento	24	-	-	-
Outros	551	-	-	-
Total	36.843	1.063	(2.195)	2.100

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos: Ativos com vida útil indefinida: Os ágios da controlada Borrachas Vipal S.A. encontram-se associados às seguintes unidades geradoras de caixa:
Unidade Geradora de Caixa (UGC)
 Maranhoni North America (MTNA)
 Vipal Máquinas

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano.

16. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Movimentação do ativo de direito de uso	-	7.507
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	25.110
Novos contratos	-	4.035
(+) Remensuração de contratos	-	(5.303)
(-) Depreciação	-	(457)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	30.892
Novos contratos	-	1.053
(+) Remensuração de contratos	-	7.530
(-) Depreciação	-	(8.800)
(-) Crédito PIS/COFINS	-	(675)
Varição cambial	-	(157)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	29.843

17. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro:				
Em moeda nacional	17,25% a.a.	CDI/IPC/A Taxa fixa	20.703	25.933
Em moeda estrangeira	4,63% a.a.	Libor / taxa fixa	-	-
Adiantamento de contrato de câmbio	7,07% a.a.	Taxa fixa	-	-
Pré pagamento de exportação	7,54% a.a.	Libor	-	-
Finimp	-	-	-	-
Finame	7,08% a.a.	TJLP / Taxa fixa	-	-
Financiamento de contas a pagar	17,92% a.a.	Taxa fixa	-	-
			20.703	25.933
			6.133	5.535
			14.570	20.398

Conforme cláusula do contrato global, em caso de evento de liquidez relacionado, entre outras questões, a aumento de capital ou qualquer outro evento que produza efeito equivalente, a Companhia e suas Controladas deverão amortizar os valores devidos a cada credor do contrato global equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos recursos líquidos recebidos.
 Em 25 de março de 2022, a Companhia e suas Controladas assinaram o quinto aditivo ao Contrato Global de reperfilamento de empréstimos, com vigência a partir de 24 de fevereiro 2022, data do referido aditivo. O referido aditivo não alterou taxas e prazos das dívidas relacionadas, sendo as principais alterações no documento as seguintes: (i) restrição a liquidação de mútuos com partes relacionadas pessoas físicas em data anterior à liquidação dos contratos de empréstimos; (ii) restrição de aquisição de empresas ou aumento de participação acionária existente sem prévia aprovação dos credores e; (iii) entrega de relatórios de monitoramento trimestrais com base nos balancetes contábeis. Essas alterações não produziram impactos quanto à perspectiva de atendimento das obrigações do Contrato Global. A controlada Borrachas Vipal S.A. possui contratos de empréstimos que preveem o cumprimento de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras ("covenants"). Em 31 de dezembro de 2022, data da última medição anual, a Controlada atendeu todos os compromissos contratuais referentes a tais cláusulas.

A Controlada avaliou as demais posições contratuais vigentes em conjunto com seus assessores jurídicos e entende que esta alteração contratual não resulta em outros impactos na posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022. A rubrica de Financiamento de contas a pagar refere-se a operações de confirmando efetuadas pela Controlada com duplicatas emitidas por seus fornecedores. Nessas operações a Controlada define que o fornecedor é requerido a participar do programa, o qual recebe os valores na data de vencimento original dos títulos, e a Controlada se beneficia de prazos de pagamento alongados através de financiamento feito pela instituição financeira credora em contrapartida ao pagamento de juros. Nessa operação o fornecedor não tem nenhuma redução de seus preços. Considerando que há incidência de despesas financeiras para a Controlada e os prazos de pagamento e características das transações com fornecedores são afetados, tais operações são classificadas como empréstimos e financiamento e apresentadas na demonstração do fluxo de caixa com fluxo das atividades de financiamentos. O prazo médio destas operações é de 153 dias e a taxa média de juros é de 1,35% a.m. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os juros incidentes sobre essa operação totalizaram R\$16.316 no consolidado (R\$2.475 em 2021).

18. Obrigações fiscais e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Encargos sociais sobre folha de pagamento	144	43	6.687	5.896
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços PIS/COFINS	27	58	3.421	2.181
Parcelamento ordinário - débitos	-	-	-	-
Federais e Estaduais	-	-	2.020	2.625
Imposto de Renda	-	-	5.695	10.311
Contribuição Social	-	-	198	753
Imposto sobre Produtos Industrializados	-	-	4.746	3.815
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	22	11	37	24
Imposto sobre Valor Agregado	-	-	3.366	2.599
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (DIFAL)	-	-	27.980	49.071
INSS	108	40	150	80
Outros	30	31	4.064	1.587
	331	183	112.773	91.405
Circulante	331	183	75.927	89.353
Não circulante	-	-	36.846	2.052

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Borrachas Vipal S.A. possuía o montante de R\$43.695 no Consolidado depositado judicialmente, classificado na rubrica de "outros ativos circulantes", referente a não tributação do ICMS diferencial de alíquota.

19. Provisão para litígios

A Companhia e algumas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e civis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

	Controladora		Consolidado	
	Cível	Tributário	Cível	Tributário
Saldos em 01/01/2021	16	5.993	1.426	3.632
Complementos e atualizações	-	-	12	230
(-) Reversões	-	(3.576)	(955)	(219)
Saldos em 31/12/2021	16	2.417	483	3.643
Complementos e atualizações	-	45.292	-	525
(-) Reversões	-	(47.602)	-	(897)
Saldos em 31/12/2022	16	107	483	3.271

O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de seus assessores jurídicos, para os quais, portanto, não foram constituídas provisões para litígios:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	218	268
Tributário	507.679	310.793
Cível	37.098	31.310
	544.995	342.371

Trabalhista - diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. **Cíveis** - A controlada Borrachas Vipal S.A. e as controladas indiretas Borrachas Vipal Nordeste S.A. e BR Plásticos Indústria Ltda figuram como rés em causas cíveis, obtendo desconstituir títulos de crédito e indenizações. **Tributários** - A controlada Borrachas Vipal S.A. e as controladas indiretas Borrachas Vipal Nordeste S.A. e BR Plásticos Indústria Ltda, figuram como rés em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisões para litígios.

20. Patrimônio líquido

a) **Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estava representado por 27.388 ações nominativas, sendo 12.165 ações ordinárias nominativas e 15.223 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade a acionistas domiciliados no País. Em 29 de abril de 2022, foi aprovado em AGOE o aumento do capital social em R\$200.000, que passou de R\$200.000 para R\$400.000, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da conta Reserva Especial. b) **Reservas de lucros:** Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva especial: Tem por finalidade assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais. Lucro a distribuir: Montante remanescente de lucros retidos é objeto de proposta da Administração da Companhia para futura distribuição. O saldo das reservas de lucros, excetuadas as reservas de incentivos fiscais e reservas de lucro a realizar, é limitado ao capital social da Companhia, devendo quando houver excedente ao capital social ser levado à Assembleia Geral Ordinária para deliberação. c) **Outros resultados abrangentes:** Custo atribuído ativo imobilizado: A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o novo saldo do custo atribuído (deemed cost) registrado, líquidos dos efeitos tributários, de controladas e coligadas de

	Consolidado			
	Saldos 31/12/2021	Adições	Amortização	Varição Cambial
Saldo em 01 de janeiro de 2021	12.941	-	-	319
Novos contratos	25.110	-	(1.325)	187
(+/-) Remensuração de contratos	4.035	-	-	-
(+) Juros do contrato	1.757	345	-	-
(-) Pagamentos realizados	(6.957)	104	(1.064)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	32.100	-	-	-
Novos contratos	1.053	-	-	-
(+) Remensuração de contratos	7.530	-	-	-
(+) Juros do contrato	1.972	-	-	-
(-) Pagamentos realizados	(10.974)	-	-	-
Varição cambial	(174)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.507	-	-	-

	Consolidado	
	2024	2025
Movimentação do passivo de arrendamento	8.155	25.110
Saldo em 01 de janeiro de 2021	25.110	4.035
Novos contratos	4.035	-
(+) Remensuração de contratos	1.757	-
(-) Pagamentos realizados	(6.957)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	32.100	-
Novos contratos	1.053	-
(+) Remensuração de contratos	7.530	-
(+) Juros do contrato	1.972	-
(-) Pagamentos realizados	(10.974)	-
Varição cambial	(174)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.507	-
Passivo circulante	10.727	-
Passivo não circulante	20.780	-
Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:		
	2024	2025
	10.451	7.271
	2.695	2.695
	363	363
Acima de 2026	20.780	20.780

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2024	14.570	476.492	14.570	476.492
2025	-	64.795	-	64.795
2026	-	19.820	-	19.820
2027	-	14.708	-	14.708
Acima de 2027	-	4.488	-	4.488
	14.570	580.303	14.570	580.303

A empresa Maranhoni Tread North America, Inc., controlada da Borrachas Vipal S.A., também mantém empréstimos de capital de giro com o Banco Branch Banking & Trust Co (BBT), no montante de R\$34.440 em 31 de dezembro de 2022, registrados no "passivo circulante", com a previsão do cumprimento de cláusulas restritivas financeiras ("covenants"), relativamente a dívida líquida versus ativos tangíveis (total do ativo, menos ativos intangíveis) e EBITDA versus serviço da dívida. Em 23 de fevereiro de 2023, a Controlada assinou um aditivo ao contrato de capital de giro entre a controlada Maranhoni Tread North America, Inc e o Banco Branch Banking & Trust Co (BBT), que entre outras questões, suspendeu a medição de determinadas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2022, e, em 31 de março de 2023.

forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. *Varição cambial de controladas indiretas no exterior:* A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos da variação cambial sobre os investimentos em empresas controladas indiretas domiciliadas no exterior. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da ocorrência da alienação desses investimentos. d) **Dividendos:** De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	171.348	171.348
Constituição de reserva legal	(8.568)	(8.568)
Base de cálculo dos dividendos	162.780	162.780
Dividendo mínimo obrigatório	40.695	40.695

Em 29 de abril de 2022, a assembleia geral ordinária e extraordinária deliberou pelo pagamento dos dividendos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$25.000 e o saldo de R\$37.540 foram alocados à conta de Reserva de Lucros a Realizar. e) **Ações em tesouraria:** Refere-se ao saldo de 1.385 ações preferenciais referente à aquisição pela Companhia de 4.441 ações preferenciais, de acionistas minoritários, equivalente a 5,06% do capital social em 31 de dezembro de 2022 (5,63% em 31 de dezembro de 2021).

21. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas e serviços	3.228	6.474	3.485.550	2.904.557
Receita de operações de crédito	-	-	-	1.193
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	114
Devolução de vendas	-	-	(55.465)	(45.016)
Impostos sobre a venda	(291)	(599)	(679.384)	(569.504)
Receita operacional líquida	2.937	5.875	2.750.701	2.291.344

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas por função	-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	-	-	(1.933.524)	(1.591.623)
Despesas com vendas	-	-	(277.907)	(204.724)
Despesas administrativas e gerais	(6.383)	(5.295)	(215.648)	(188.629)
Outras (despesas) receitas, líquidas	140	112.867	18.045	119.899
	(6.243)	107.572	(2.409.034)	(1.865.077)

Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação e amortização	(429)	(431)	(39.519)	(38.161)
Amortização de ativos de direito de uso CPC 06	-	-	(8.800)	(5.303)
Amortização de mais valia de ativos	-	-	(5.377)	(5.617)
Ajuste de ativo mantido para venda (impairment)	-	-	-	-
Perda em investimentos	(15)	-	(15)	-
Despesas com pessoal	(4.103)	(2.435)	(317.821)	(275.611)
Matéria prima e mat. de uso e consumo	-	-	(1.672.368)	(1.380.710)
Frete	-	-	(147.472)	(89.187)
Consultoria e assessoria	(358)	(403)	(31.804)	(18.814)
Bonificações em produto	-	-	(29.827)	(21.563)
Energia elétrica	-	-	(38.197)	(33.927)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(367)	(1.994)
Outras despesas, líquidas	(1.338)	(2.051)	(117.467)	(107.082)
	(6.243)	107.572	(2.409.034)	(1.865.077)

23. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	4	22	9.143	5.826
Juros recebidos de clientes	1	7.616	758	98
Descontos recebidos	143	129	20.529	9.168
Rendimentos em aplicações financeiras	-	-	2.522	-
Ajuste de hiperinflação de controlada	-	-	258.639	224.702
Varição cambial ativa	-	-	176	664
Reversão de avais de terceiros	-	-	11.171	3.625
Outras receitas financeiras	148	7.767	302.938	244.083

Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros passivos	(7.559)	(11.741)	(44.067)	(21.877)

»»» Continuação			PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A.			NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)																
26. Subvenções governamentais			<p>Desenvolve: O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, o qual foi concedido à controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A.. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, e, posteriormente, são destinados para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido. Em 28 de novembro de 2022 foi deferido pelo TRF1 - Tribunal Regional Federal da primeira Região o acórdão, o qual determinou a constitucionalidade da apelação realizada pela controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A que proferiu a exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ/CSLL. A consequente decisão permitiu a distribuição dos lucros auferidos e constituídos à conta de "Incentivos Fiscais" aos seus sócios e acionistas. Em função disso, em 22 de dezembro de 2022, foi aprovada distribuição de dividendos por meio de Assembleia Geral Extraordinária. Os valores constituídos à conta de "Incentivos Fiscais", no montante de R\$569.248, foram distribuídos aos acionistas da Borrachas Vipal Nordeste S.A. como dividendos, sendo R\$544.102 para a controlada Borrachas Vipal S.A., através da compensação com o mútuo existente entre as partes, e R\$25.146 foram destinados ao acionista Alpar Participações Ltda. Em 2022, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da Controlada indireta, foi de R\$105.367 (R\$89.414 em 2021). Em 18 de dezembro de 2018, a controlada indireta obteve a renovação do incentivo Desenvolve. A vigência do benefício se estenderá até dezembro de 2030. Lucro da exploração: Com fundamento no art.32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art.6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis à controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A., calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário de 2018. Em 26 de dezembro de 2018, a Controlada indireta obteve a renovação do direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração. A renovação é válida até dezembro de 2028. O pedido de renovação foi atendido pois cumpriu com a exigência do laudo anterior que foi a modernização total do empreendimento. Os valores apurados a título de incentivo estão registrados por competência no resultado do exercício da controlada indireta, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido. Em 2022, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da controlada indireta, foi de R\$22.555 (R\$23.126 em 2021). Incentivo de reinvestimento: Conforme o Art. 27 da Portaria nº 283/2013 do Ministério de Integração Nacional, as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação nas áreas da SUDENE possuem benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Em 2022, o montante total relativo a esse benefício foi registrado no resultado do exercício na controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A foi de R\$1.354. (R\$1.420 em 2021). Redução base de cálculo ICMS: A partir da vigência da Lei Complementar nº 160/2017, que incluiu o parágrafo 4º ao artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimento, podendo ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Desta forma, a controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A., em função da redução da base de cálculo do ICMS na venda de seus produtos, efetuou, no ano de 2022, a exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social o montante de R\$4.994 (R\$1.983 em 2021), constituindo reserva de incentivos fiscais sobre esse benefício gerado.</p>			27. Cobertura de seguros																
			<p>A Companhia e suas Controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.</p>																			
			<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Risco</th> <th colspan="2">Limite</th> </tr> <tr> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Incêndio e riscos diversos</td> <td>544.981</td> <td>545.844</td> </tr> <tr> <td>Lucros cessantes</td> <td>91.884</td> <td>111.006</td> </tr> <tr> <td>Responsabilidade civil administradores</td> <td>50.000</td> <td>50.000</td> </tr> <tr> <td>Responsabilidade civil geral</td> <td>8.000</td> <td>8.090</td> </tr> </tbody> </table>			Risco	Limite		31/12/2022	31/12/2021	Incêndio e riscos diversos	544.981	545.844	Lucros cessantes	91.884	111.006	Responsabilidade civil administradores	50.000	50.000	Responsabilidade civil geral	8.000	8.090
Risco	Limite																					
	31/12/2022	31/12/2021																				
Incêndio e riscos diversos	544.981	545.844																				
Lucros cessantes	91.884	111.006																				
Responsabilidade civil administradores	50.000	50.000																				
Responsabilidade civil geral	8.000	8.090																				
			28. Eventos subsequentes																			
			<p>No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia e suas Controladas analisaram as decisões individuais transitadas em julgado, e não identificaram nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.</p>																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Conselho de Administração</th> <th colspan="2">Diretoria</th> <th colspan="2">Área Contábil</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ARLINDO PALUDO Presidente</td> <td>MIGUEL PALUDO Vice-Presidente</td> <td>MARCELO BERBIGIER WEBER Conselheiro</td> <td>ARLINDO PALUDO Diretor Presidente</td> <td>NADIR LUIZ GUIDOLIN Diretor</td> <td colspan="2">CLEUSA VENDRAMIN TELLES Gerente Contábil - CRC RS - 072781/O-0 - CPF 540.876.270-04</td> </tr> </tbody> </table>			Conselho de Administração			Diretoria		Área Contábil		ARLINDO PALUDO Presidente	MIGUEL PALUDO Vice-Presidente	MARCELO BERBIGIER WEBER Conselheiro	ARLINDO PALUDO Diretor Presidente	NADIR LUIZ GUIDOLIN Diretor	CLEUSA VENDRAMIN TELLES Gerente Contábil - CRC RS - 072781/O-0 - CPF 540.876.270-04		<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas</p> <p>Aos Administradores e Acionistas da Paludo Participações S.A. Porto Alegre - RS</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paludo Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Paludo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 22 de março de 2023.</p> <p>MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RS Nº 006472/O-1 GEORGE ANGNES - Contador - CRC/PR 42667/O-1 MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC-RS Nº 006472/O-1 FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR - Contador CRC/PR Nº 053251/O-8 T/RS S/PR</p>					
Conselho de Administração			Diretoria		Área Contábil																	
ARLINDO PALUDO Presidente	MIGUEL PALUDO Vice-Presidente	MARCELO BERBIGIER WEBER Conselheiro	ARLINDO PALUDO Diretor Presidente	NADIR LUIZ GUIDOLIN Diretor	CLEUSA VENDRAMIN TELLES Gerente Contábil - CRC RS - 072781/O-0 - CPF 540.876.270-04																	

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO **Google play** DISPONÍVEL NA **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A.
CNPJ 89.772.065/0001-69 – NIRE 43 3 0001921 7
AVISO AOS ACIONISTAS
A Metalúrgica Hassmann S.A. ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que se encontram disponíveis, na sua sede social, situada na cidade de Imigrante-RS, à Av. Ito João Snell, nº 178, Centro - CEP 95.885-000, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, referidos no artigo 133, da Lei 6.404/76. Imigrante/RS, 28 de março de 2023. Carlos Hassmann - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338


📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL



LOJAS QUERO-QUERO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4

LJQQ3
B3 LISTED

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 14:00 horas, no Auditório da Companhia, localizado na Rua Tapajós nº 15, sala 201, cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul ("Auditório"), endereço distinto daquele da sede social da Companhia, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia; e (ii) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023, conforme proposta da administração. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar na Assembleia (incluindo instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia. **Instruções Gerais - Local da Assembleia.** A administração esclarece que optou pela realização da Assembleia no Auditório da Companhia, no mesmo município da sua sede, para maior comodidade e conforto de seus acionistas, tendo em vista não possuir um auditório no prédio principal da sua sede. **Participação na Assembleia.** Nos termos do artigo 6º, §1º da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas que pretendem participar da Assembleia deverão enviar e-mail ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia (ri@quero-quero.com.br) até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e. até o dia 26 de abril de 2023), apresentando os seguintes documentos à Companhia, conforme aplicáveis:

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista ⁽²⁾	-	X	X
Regulamento consolidado do fundo ⁽²⁾	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.
⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não apresentem previamente os documentos acima referidos, bastando que compareçam à Assembleia munidos de tais documentos até a abertura dos trabalhos, conforme o art. 6º, §2º da Resolução CVM nº 81/22. Nesse caso, solicita-se que os acionistas compareçam com antecedência de modo que a conferência dos documentos possa ser realizada em tempo hábil para a sua participação. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, exceto os documentos elaborados em inglês ou espanhol. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notariização ou consularização/apostilamento. A Companhia ressalta, que não será necessário o envio físico dos documentos que já tenham sido enviados de maneira eletrônica caso estes tenham sido produzidos e assinados com uso da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia. Banco Itaú Unibanco S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelo do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.quero-quero.com.br>), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 81/22 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. Cachoeirinha, 28 de março de 2023.

Flávio Benício Jansen Ferreira - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Demonstrações dos resultados - Exercícios Fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Table with columns for Ativo, Circulante, Não circulante, Passivo, Circulante, and Não circulante. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Estoque, etc.

Demonstrações dos resultados - Exercícios Fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Table with columns for Demonstrações dos resultados abrangentes, Exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Aumento de capital, etc.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Table with columns for Demonstrações do valor adicionado, Exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Rows include Receitas de vendas, Despesas com pessoal, etc.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Table with columns for Demonstrações dos fluxos de caixa, Exercícios fíndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimento, Financiamento, etc.

1. Contexto operacional - 1.1. Contexto operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou "Dimed" e suas controladas (conjuntamente a "Companhia"), sediada em Eldorado do Sul/RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, produtos de higiene pessoal, produtos cosméticos e produtos de limpeza, entre outros.

2. Políticas contábeis - 2.1. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. As práticas contábeis adotadas pelas Controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023.

2.5.4. Redução ao valor recuperável (Impairment)

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são distribuídos aos acionistas da Companhia de acordo com o estatuto social e o Regimento Interno da Companhia.

2.17. Arrendamentos

Dois imóveis pertencentes à Companhia foram objeto de contratos de arrendamento envolvendo arrendamento que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" conforme o IAS 17. A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de arrendamento pelo valor justo no momento da assinatura do contrato.

2.18.1. Emenda IAS 12 - Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos de uma única jurisdição

Em 27 de maio de 2019, a Companhia adotou a Emenda IAS 12 - Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos de uma única jurisdição, que altera o tratamento contábil de ativos e passivos diferidos em uma única jurisdição.

2.18.2. Emenda IAS 12 - Classificação de passivos como circulante e não circulante

Em 27 de maio de 2019, a Companhia adotou a Emenda IAS 12 - Classificação de passivos como circulante e não circulante, que altera a classificação de passivos com base no prazo de liquidação do passivo.

2.19. Provisão para perdas no estoque

A Companhia reconhece a provisão para perdas no estoque com base na avaliação de perdas esperadas em função de mudanças nas circunstâncias de mercado e de preços.

2.20. Provisão para perda de crédito esperada nas contas a receber

A Companhia reconhece a provisão para perda de crédito esperada nas contas a receber com base na avaliação de perdas esperadas em função de mudanças nas circunstâncias de mercado e de preços.

2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma entidade não cumprir com suas obrigações financeiras, resultando em uma perda econômica para a entidade que origina o ativo financeiro.

2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se ao risco de uma entidade não ter recursos líquidos suficientes para cumprir com suas obrigações financeiras quando estas chegarem ao vencimento.

2.4. Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio refere-se ao risco de que o valor de um ativo ou passivo financeiro em moeda estrangeira seja afetado por flutuações nas taxas de câmbio.

2.5. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros refere-se ao risco de que o valor de um ativo ou passivo financeiro seja afetado por flutuações nas taxas de juros.

2.6. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma entidade não cumprir com suas obrigações financeiras, resultando em uma perda econômica para a entidade que origina o ativo financeiro.

2.7. Contas a receber de clientes

Table showing the aging schedule of receivables from customers, categorized by days of maturity (até 30 dias, 31 a 60 dias, etc.).

(*) As aplicações financeiras, em sua maioria, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e aplicações financeiras em instituições financeiras de nível 1, 2 e 3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

Decomposição de contas a receber de clientes por vencimento: A vencer Até 30 dias 2022 2021 ... Até 180 dias 2022 2021 ... Total consolidado 399.173 324.615

7.2 Perdas em crédito estimadas: A provisão para perdas dos créditos a receber é constituída com base na metodologia do CPC4/IFRS 9. Estima-se a perda esperada a partir da análise de performance da carteira, levando em conta a probabilidade de inadimplência e perda que cada caixa atende...

8. Estoque: 8.1 Composição dos estoques Controladora Consolidado ... Mercadorias para revenda 876.602 720.690 ... Matérias primas 1.785 651 ...

8.2 Perdas estimadas nos estoques Controladora Consolidado ... Saldo inicial (476) (287) ... Saldo final do exercício (713) (476) ...

9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar Controladora Consolidado ... Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ 20.516 10,61 ... Contribuição social s/lucro líquido - CSLL 5.548 5,69 ...

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia realizou o levantamento e aprovações creditórias:

Quotas Capital social 2022 2021 ... Laboratório Industrial Farmacêutico Lifer Ltda. 509 99,99% ... Dimens Gestão Imobiliária Ltda. 8.978 99,99% ...

11.2 Composição dos investimentos: A seguir estão demonstradas informações relativas às empresas controladas:

Empresas controladas 2022 Controladora Consolidado ... Laboratório Industrial Farmacêutico Lifer Ltda. 46.430 360 ... Dimens Gestão Imobiliária Ltda. 8.978 99,99% ...

12.1 Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora: O saldo de imobilizado compreende ativos próprios e arrendados. Os imóveis arrendados são aqueles incluídos na coluna "Direito de uso".

Controladora Consolidado ... Imóveis Máquinas e Equipamentos Móveis e Utensílios Instalações Computadores e periféricos Veículos e aeronaves Beneficiárias Direitos de Uso Total

12.2 Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora Controladora Consolidado ... Custo 82.848 67.345 ... Depreciação acumulada (11.920) (19.943) ...

12.3. Outras informações: A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, considerando a vida útil esperada e a taxa média de depreciação (% a.a.).

Imóveis Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Instalações Computadores e periféricos Veículos 2022 2021 ...

12.4 Direito de Uso: O CPC 08 (R2)/IFRS 16 exige que todos os contratos de arrendamento (exceto aqueles em que os contratantes não são contratados) sejam tratados como contratos de direito de uso no ativo. A composição do direito de uso dos contratos de imóveis e veículos, bem como a vida útil definida está descrita no quadro a seguir:

Composição do direito de uso Controladora e Consolidado ... Imóveis 2 a 3 ... Veículos 2 a 1

13. Intangível: 13.1 Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

Controladora ... Saldo em 31 de dezembro de 2021 25.341 89.792 ... Amortização acumulada (18.072) (37.967) ...

13.2 Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

Controladora Consolidado ... Custo 25.342 80.641 ... Amortização acumulada (18.072) (37.967) ...

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Controladora Consolidado ... Adições temporárias 2022 2021 2022 2021 ... Provisão para indenizações trabalhistas 7.175 9.326 ...

17.1 Índice de Cobertura do Seguro da Dívida ("ICSD") superior ou igual a 1,2 (em inteiro e dois decimais)

Os contratos de empréstimo em vigor possuem ainda cláusulas não financeiras de vencimento condicionadas à manutenção do ICSD superior ou igual a 1,2.

Adicionalmente, em 11 de maio de 2022, a Companhia assinou contrato de empréstimo em vigor com o Banco Itaú S.A., com o propósito de financiar a aquisição da Companhia.

Indicador das dívidas e outros contratos com as instituições financeiras de risco de crédito:

2022 2021 ... ICSD 108% CDI 234.824 133.818 234.824 133.818 ...

bútuários relativos ao trânsito em julgado da ação em que discute a não incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores ressarcidos referentes a indenização de seguros, reconhecendo assim o direito ao crédito. Desta forma, a Dimed apurou e efetuou o registro dos créditos no montante total de R\$16.862, sendo R\$12.811 de principal e R\$4.051 de atualização, em decorrência da ação judicial transitada em julgado. A Companhia ingressou com pedido de habilitação dos créditos junto à SRF, que foi homologada na data de 31/03/2022. A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 31 de dezembro de 2022. Abaixo demonstramos as informações complementares do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Aterações de caixa Saldo em 31 de dezembro de 2021 (157.105) 138.118 ... Aterações de caixa Saldo em 31 de dezembro de 2021 229.196 28.900 ...

ICMS Na base de cálculo de PIS e Cofins: A Companhia encerrou o processo relativo ao trânsito em julgado das ações que discutem o montante total de R\$16.862, sendo R\$12.811 de principal e R\$4.051 de atualização, em decorrência da ação judicial transitada em julgado.

11. Investimentos em controladas: Os investimentos da Companhia são contabilizados na Controladora pelo método de equivalência patrimonial e estão demonstrados abaixo:

2022 2021 ... Controladora Consolidado ... Patrimônio líquido inicial 1.925 1.785 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2021: Reversão de contratos, novos contratos e baixas 192.585 576 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Saldo em 31 de dezembro de 2022: Saldo em 31 de dezembro de 2021 193.161 24.569 ...

Exercução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed; Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora; Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios. A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 31 de dezembro de 2022. Abaixo demonstramos as informações complementares do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Empréstimos Arrendamentos e Operações de leasing. Saldo em 31 de dezembro de 2021 157.105 138.118 ... Saldo em 31 de dezembro de 2022 229.196 28.900 ...

23. Patrimônio líquido: 23.1. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2022, foi aprovada a proposta de desdobramento de ações da totalidade das ações existentes de emissão da Companhia, tanto para ações ordinárias quanto para ações preferenciais, passando cada ação existente a corresponder a 3 (três) ações. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser representado por 121.994.700 ações ordinárias e 13.455.890 ações preferenciais. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2020, foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$410.000 para R\$432.000, mediante a capitalização de parcela da Reserva Legal, no valor de R\$24.000, para aumento do Capital Social, no valor de R\$24.000, sem emissão de novas ações. Em 22 de julho de 2020, em decorrência da operação de Follow-on realizada pela Companhia, houve aumento no capital social no montante de R\$200.000, sendo emitidas 100 mil ações em 31 de dezembro de 2020 passou a ser de R\$120.000 (R\$897.552 líquido de ganhos com emissão de ações), totalmente integralizado (R\$410.000 em 31 de dezembro de 2019), representando por 121.994.700 ações ordinárias e 13.455.890 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021 foram aprovadas, respectivamente, as contas dos administradores, o relatório de administração, as demonstrações financeiras e o parecer do auditor externo relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2020 e o aumento do capital social, passando de R\$120.000 para R\$198.000 (R\$903.552 líquido dos ganhos com emissão de ações), mediante a capitalização de parcela da Reserva Legal, no valor de R\$78.000 e da Reserva para Aumento do Capital Social, no valor de R\$120.000, sem emissão de novas ações. Em 24 de maio de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e em Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas a conversão de 950.000 ações de ações preferenciais da Companhia. Foi encerrado, em 14 de junho de 2021, o período durante o qual os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia puderam solicitar a conversão de suas ações preferenciais em ações ordinárias, por meio de uma porção de 8 (oito décimos) de ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial convertida ("Conversão Voluntária"). No âmbito da Conversão Voluntária, em 23 de junho de 2021, houve aumento no capital social no montante de R\$492.000, sendo emitidas 114.000 ações de sem valor nominal, correspondente a 40,9818% do total de ações preferenciais de emissão da Companhia à época, solicitaram a conversão das ações de sua titularidade em 4.111.636 ações ordinárias, foram descuradas e foram emitidas R\$518.936 em 23 de dezembro de 2021, operacionado para esculturar em 07 de julho de 2021, passando o capital social da Companhia a ser composto por 140.406.336 ações ordinárias e 7.911.445 ações preferenciais. Cada ação ordinária de emissão da Companhia possui o mesmo direito de voto que as ações ordinárias de emissão da Companhia. No dia 26 de julho de 2021, encerrou-se o prazo para os acionistas preferencialistas exercer o direito de receso da deliberação em assembleia geral especial de acionistas preferencialistas, realizada em 24 de maio de 2021. Foi aprovado, no âmbito do direito de receso, em 04 de agosto de 2021 a Companhia realizou a conversão ("Conversão Compulsória") da totalidade de suas ações preferenciais, passando a ter seu capital social constituído exclusivamente por 150.317.781 ações ordinárias. Cada ação ordinária de emissão da Companhia possui o mesmo direito de voto que as ações ordinárias de emissão da Companhia. Em 24 de maio de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e em Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas a conversão de 950.000 ações de ações preferenciais da Companhia em 14 de junho de 2021, o período durante o qual os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia puderam solicitar a conversão de suas ações preferenciais em ações ordinárias, por meio de uma porção de 8 (oito décimos) de ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial convertida ("Conversão Voluntária"). No âmbito da Conversão Voluntária, em 23 de junho de 2021, houve aumento no capital social no montante de R\$492.000, sendo emitidas 114.000 ações de sem valor nominal, correspondente a 40,9818% do total de ações preferenciais de emissão da Companhia à época, solicitaram a conversão das ações de sua titularidade em 4.111.636 ações ordinárias, foram descuradas e foram emitidas R\$518.936 em 23 de dezembro de 2021, operacionado para esculturar em 07 de julho de 2021, passando o capital social da Companhia a ser composto por 140.406.336 ações ordinárias e 7.911.445 ações preferenciais. Cada ação ordinária de emissão da Companhia possui o mesmo direito de voto que as ações ordinárias de emissão da Companhia. No dia 26 de julho de 2021, encerrou-se o prazo para os acionistas preferencialistas exercer o direito de receso da deliberação em assembleia geral especial de acionistas preferencialistas, realizada em 24 de maio de 2021. Foi aprovado, no âmbito do direito de receso, em 04 de agosto de 2021 a Companhia realizou a conversão ("Conversão Compulsória") da totalidade de suas ações preferenciais, passando a ter seu capital social constituído exclusivamente por 150.317.781 ações ordinárias. Cada ação ordinária de emissão da Companhia possui o mesmo direito de voto que as ações ordinárias de emissão da Companhia. Em 24 de maio de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e em Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas a conversão de 950.000 ações de ações preferenciais da Companhia em 14 de junho de 2021, o período durante o qual os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia puderam solicitar a conversão de suas ações preferenciais em ações ordinárias, por meio de uma porção de 8 (oito décimos) de ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial convertida ("Conversão Voluntária"). No âmbito da Conversão Voluntária, em 23 de junho de 2021, houve aumento no capital social no montante de R\$492.000, sendo emitidas 114.000 ações de sem valor nominal, correspondente a 40,9818% do total de ações preferenciais de emissão da Companhia à época, solicitaram a conversão das ações de sua titularidade em 4.111.636 ações ordinárias, foram descuradas e foram emitidas R\$518.936 em 23 de dezembro de 2021, operacionado para esculturar em 07 de julho de 2021, passando o capital social da Companhia a ser composto por 140.406.336 ações ordinárias e 7.911.445 ações preferenciais. Cada ação ordinária de emissão da Companhia possui o mesmo direito de voto que as ações ordinárias de emissão da Companhia. No dia 26 de julho de 2021, encerrou-se o prazo para os acionistas preferencialistas exercer o direito de receso da deliberação em assembleia geral especial de acionistas preferencialistas, realizada em 24 de maio de 2021. Foi aprovado, no âmbito do direito de receso, em 04 de agosto de 2021 a Companhia realizou a conversão ("Conversão Compulsória") da totalidade de suas ações preferenciais, passando a ter seu capital social constituído exclusivamente por 150.317.781 ações ordinárias. Cada ação ordinária de emissão da Companhia possui o mesmo direito de voto que as ações ordinárias de emissão da Companhia. Em 24 de maio de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e em Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas a conversão de 950.000 ações de ações preferenciais da Companhia em 14 de junho de 2021, o período durante o qual os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia puderam solicitar a conversão de suas ações preferenciais em ações ordinárias, por meio de uma porção de 8 (oito décimos) de ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial convertida ("Conversão Voluntária"). No âmbito da Conversão Voluntária, em 23 de junho de 2021, houve aumento no capital social no montante de R\$492.000, sendo emitidas 114.000 ações de sem valor nominal, correspondente a 40,9818% do total de ações preferenciais de emissão da Companhia à época, solicitaram a conversão das ações de sua titularidade em 4.111.636 ações ordinárias, foram descuradas e foram emitidas R\$518.936 em 23 de dezembro de 2021, operacionado para esculturar em 07 de julho de 2021, passando o capital social da Companhia a ser composto por 140.406.336 ações ordinárias e 7.911.445 ações preferenciais. Cada ação ordinária de emissão da Companhia possui o mesmo direito de voto que as ações ordinárias de emissão da Companhia. No dia 26 de julho de 2021, encerrou-se o prazo para os acionistas preferencialistas exercer o direito de receso da deliberação em assembleia geral especial de acionistas preferencialistas, realizada em 24 de maio de 2021. Foi aprovado, no âmbito do direito de receso, em 04 de agosto de 2021 a Companhia realizou a conversão ("Conversão Compulsória") da totalidade de suas ações preferenciais, passando a ter seu capital social constituído exclusivamente por 150.317.781 ações ordinárias. Cada ação ordinária de emissão da Companhia possui o mesmo direito de voto que as ações ordinárias de emissão da Companhia. Em 24 de maio de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e em Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas a conversão de 950.000 ações de ações preferenciais da Companhia em 14 de junho de 2021, o período durante o qual os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia puderam solicitar a conversão de suas ações preferenciais em ações ordinárias, por meio de uma porção de 8 (oito décimos) de ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial convertida ("Conversão Voluntária"). No âmbito da Conversão Voluntária, em 23 de junho de 2021, houve aumento no capital social no montante de R\$492.000, sendo emitidas 11

grupo panvel

Sociedade de Capital Aberto - CNPJ Nº 92.665.611/0001-77

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 - (Em milhares de reais)

técnicos nº 16/2020. Não ocorreram quaisquer tipos de alteração na vigência desses contratos até a data de vigência do expediente prático, assim sendo, não houve necessidade de remensuração.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(66.790)	(60.592)	(68.633)	(62.778)
Despesas com aluguéis	(607)	(510)	(633)	(365)
Despesas com utilidades e serviços	(1.385)	(1.393)	(1.460)	(1.475)
Despesas com depreciação e amortização	(8.891)	(6.736)	(9.182)	(6.930)
Participação dos empregados	(4.357)	(3.252)	(4.387)	(3.252)
Participação dos administradores	(874)	(587)	(877)	(582)
Despesas bancárias	(1.490)	(1.427)	(1.494)	(1.440)
Remuneração dos dirigentes	(6.244)	(5.078)	(6.244)	(5.078)
Despesas com manutenção	(9.076)	(6.454)	(9.226)	(6.560)
Despesas com consumo	(465)	(427)	(518)	(475)
Outras despesas administrativas	(7.278)	(6.944)	(7.426)	(6.239)
	(107.367)	(92.390)	(109.750)	(95.179)

29. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita extraordinária	1.474	1.167	1.512	1.487
Receita com aluguéis de imóveis	276	95	330	105
Recuperação de créditos	7.038	8.738	7.050	8.738
Ressarcimento de diferença de caixa	274	252	274	252
Custo vendas imobilizado	(2.110)	(2.766)	(2.088)	(2.742)
Outras receitas (despesas) operacionais	6.851	(92)	6.752	(46)
Recuperação de créditos tributários (*)	13.603	26.756	13.850	26.756

(*) Refere-se aos créditos relativos ao processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS reconhecido no período. Detalhes adicionais na nota explicativa 10.

30. Receitas e despesas financeiras

30.1. Composição das receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	2.624	7.229	2.682	7.247
Variações monetárias	10.352	7.520	15.497	9.387
Recebimento aplicações financeiras	1.649	896	1.806	917
Descontos financeiros obtidos	(1.225)	(1.147)	(1.290)	(1.165)
Atualização monetária sobre créditos tributários (*)	1.446	8.058	1.724	8.207
	14.646	23.556	20.429	25.618

(*) Refere-se à atualização monetária sobre os créditos relativos ao processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS reconhecido no trimestre. Detalhes adicionais na nota explicativa 10.

Conselho de Administração:		Julio Ricardo Andriquetto Mottin - Presidente		Roberto Luiz Weber - Vice-Presidente	
Diretoria:		Julio Ricardo Mottin Neto - Diretor Presidente		Roberto Coimbra Santos - Diretor Executivo	
		Antonio Carlos Tochetto Napp - Diretor Financeiro e de RI		Controladoria: Sérgio Rigon - Contador CRC/RS 58.218	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ags Acionistas e Administradores da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos
Eldorado do Sul - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, forneceram a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, conforme o NBC TG 06 (R3) (IFRS 16)
Conforme descrito nas notas explicativas 12 e 20, a Companhia possui registros ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pela NBC TG

06 (R3) (IFRS 16). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$587.279 mil na Controladora e no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R\$636.716 mil na Controladora e no Consolidado.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; análise do inventário de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma. Também realizamos testes para a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. Como resultado desses procedimentos, identificamos ajuste de auditoria referente à mensuração de determinados contratos, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista a imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nosso objetivo não é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o risco de evento de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o

RS2.308 em 2021, até o limite estabelecido nos seus respectivos Instrumentos Particulares de Outorga de Ações e Ingresso no Plano de Matching Shares da Dimed, desde que cumpridas determinadas condições. A Companhia reconheceu a título de fair value, que corresponde às ações Matching dos administradores um montante de R\$3.934 ao longo do ano de 2022. Informações adicionais podem ser encontradas na nota explicativa 24.

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros contra veículos, incêndio, responsabilidade civil, transporte de carga e aeronaves, dentre outras. A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. Segue abaixo o Limite Máximo de Indenização das principais apólices contratadas:

	Apólice	Limite Máximo de Indenização
Apólice de Veículos	Tabela FIPE + Danos Materiais + Danos Corporais	-
Apólice de Incêndio	R\$597.350	-
Apólice de Responsabilidade Civil	R\$31.200	-
Apólice de Transporte	R\$1.500 por transporte	-
Apólice Aeronave	R\$23.965*	-
RC Aeronave	RS111.332*	-
Apólice emitida em Dólar, valor convertido pelo taxa (dólar) de 31/12/2022 (R\$5,5666).	-	-

33. Informações por segmento

Varejo	Atacado		Corporativo		Dimed S/A		2022	2021
	2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços	3.678.252	2.981.712	312.223	243.696	-	-	3.990.475	3.225.408
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2.488.488)	(2.031.236)	(259.449)	(205.573)	-	-	(2.747.937)	(2.236.809)
Lucro bruto	1.189.764	950.476	62.774	38.123	-	-	1.242.538	988.599
Despesas com vendas	-	-	-	-	(1.009.353)	(826.441)	(1.009.353)	(826.441)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	(13.850)	34.550	13.850	34.550
Despesas administrativas	-	-	-	-	(109.750)	(95.179)	(109.750)	(95.179)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.189.764	950.476	62.774	38.123	(1.105.253)	(887.070)	137.285	101.529
Resultado financeiro	-	-	-	-	(58.855)	(18.290)	(58.855)	(18.290)
Receitas financeiras	-	-	-	-	20.429	25.618	20.429	25.618
Despesas financeiras	-	-	-	-	(79.284)	(43.908)	(79.284)	(43.908)
Lucro operacional líquido	1.189.764	950.476	62.774	38.123	(1.164.106)	(905.360)	78.430	83.239
Corrente	-	-	-	-	(4.292)	(8.831)	(4.292)	(8.831)
Diferido	-	-	-	-	12.207	5.018	12.207	5.018
Lucro líquido do exercício	1.189.764	950.476	62.774	38.123	(1.156.193)	(909.173)	86.345	79.426

34. Eventos subsequentes

34.1 Decisão STF relacionada a coisa julgada tributária
O Supremo Tribunal Federal, em 08 de fevereiro de 2023, julgou os temas relacionados a perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado. A Companhia analisou as consequências em sua estrutura tributária e não foram identificados casos que sofriam impacto pelo novo entendimento.

34.2 Operações para capital de giro

Em fevereiro e março de 2023 a Companhia captou o montante de R\$175 milhões para suportar a demanda de caixa sazonal, que foi classificado no curto prazo. Trata-se de operação usual de mercado, sem convênios definidos e sem necessidade de garantia real.

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da Companhia estão divididos em Varejo, Atacado e Corporativo, que contemplam todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

O segmento Varejo é composto por 556 lojas, onde são comercializados mais de 15 mil itens entre medicamentos e produtos de higiene e beleza. Já o segmento Atacado, além de ser o pioneiro nesse segmento no Brasil, é considerado um dos principais distribuidores de medicamentos do país. Por fim, o segmento Corporativo inclui Atacado e Varejo, bem como a controlada Lifar (Laboratório Farmacêutico Lifar Ltda). Além de agregar dividas de cosméticos, medicamentos e alimentos, a Lifar é responsável pela produção de grandes marcas no Brasil, bem como dos produtos da marca própria Panvel. A controladora Dimensul tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia.

Objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 23 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-015199/F

EY

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS 067795/O-0

ASCOL

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A. Companhia Aberta CNPJ nº 92.781.335/0001-02 NIRE 4330007391

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA - 28 DE ABRIL DE 2023, ÀS 14:00 HORAS

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 28 de abril de 2023, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Extraordinária:** (i) Deliberar sobre a proposta de substituição do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 26 de abril de 2021, e aditado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 19 de abril de 2022, por novo Plano de Outorga de Ações (Stock Grant); (ii) Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, para a criação de reserva estatutária; (iii) Deliberar sobre a proposta de atualização do Artigo 5º do Estatuto Social, para refletir o atual valor do capital social da Companhia e a quantidade de ações, de acordo com os aumentos do capital social decorrentes do exercício dos direitos de subscrição e integralização conferidos pelos bônus de subscrição efetivados desde a emissão de tais títulos até 05/10/2022, homologados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 27/01/2022, 04/05/2022, 02/11/2022 e 14/12/2022; e (iv) Examinar, discutir e votar a proposta de consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Em Assembleia Ordinária:** (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Deliberar sobre a fixação do número de vagas para compor o Conselho de Administração no mandato que se inicia a partir da eleição a ser realizada na Assembleia; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2023; e (v) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (vi) Deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2023; e (vii) Deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023. **Instruções Gerais:** Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br). Tais documentos encontram-se disponíveis também, desde a referida data, na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Para poder participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas, por si ou por seus representantes/procuradores legalmente constituídos, conforme o caso, deverão apresentar: (i) documento de identidade da pessoa natural presente; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia ou na forma digital, desde que validado pelo Sistema ICP Brasil. A representação dos acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento dependem da apresentação, ainda, dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia (até 26/04/2023, às 14:00h), o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores por e-mail para agoe@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS – Brasil aos cuidados da área de relações com investidores. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia Geral por meio de voto a distância, usando o "Boletim de Voto à Distância", que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Por fim, para fins do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante necessário para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM 70/2022. Sem prejuízo do prazo previsto no artigo 141, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/1976, a Companhia destaca a importância de os pedidos de voto múltiplo serem feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas.

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO **Google play** DISPONÍVEL NA **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

grupo panvel DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
 CNPJ/MF Nº 92.665.611/0001-77 • NIRE Nº 43300003221 • CVM nº 00934-2 • Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se às 08:30 horas do dia 28/04/2023 em nossa sede social, na Avenida Industrial Belgraf, nº 865, CEP: 92.990-000, em Eldorado do Sul, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**:

1. Em Assembleia Geral Ordinária: a) Apreciar contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relatório de administração e relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, antes das Participações dos Empregados e dos Administradores e sobre a homologação do pagamento de juros sobre capital próprio imputados ao valor dos dividendos; c) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Deliberar acerca de aumento do capital social da Companhia, passando de R\$ 943.000.000,00 (novecentos e quarenta e três milhões de reais) para R\$ 970.115.772,37 (novecentos e setenta milhões, cento e quinze mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos) mediante a capitalização de reservas, sem emissão de novas ações, com a respectiva alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; b) Deliberar acerca da alteração do objeto social da Companhia, para inclusão da atividade complementar secundária de promoção e agenciamento de serviços de publicidade; e c) Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações deliberadas nos itens acima.

Informações Gerais para Participação na Assembleia: Participação por voto à distância. A companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida Instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, ou diretamente à Companhia. Participação pessoal ou por representante. Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, para participarem das Assembleias, deverão observar as disposições previstas no art. 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Os instrumentos de procuração para representação na Assembleia ora convocada poderão ser depositados até às 18h de 26 de abril de 2023 no seguinte endereço: Avenida Industrial Belgraf, nº 865, bairro Industrial, CEP: 92.990-000, Eldorado do Sul/RS. **Documentos relacionados à Assembleia.** Os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição no endereço da Companhia acima indicado e nos websites da Companhia (www.grupodimed.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (www.b3.com.br) na internet. Eldorado do Sul/RS, 27 de março de 2023.

Julio Ricardo Andrighetto Mottin, Roberto Luiz Weber, Denis Pizzato, Claudio Roberto Ely, Cristiano Gioia Lauretti e Clarice Martins Costa - Conselheiros de Administração

ASCOL

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. - CNPJ nº 05.040.481/0001-82

Relatório da Administração

Prezados senhores: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2022. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 que alterou parte da Lei nº 6.404/76, no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, em conformidade do que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil. O Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco DLL") fornece serviços de alta qualidade para favorecer o financiamento de compras para seus parceiros globais e locais dentro do conceito chamado de "Vendor Finance". Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas. Durante o exercício de 2022, os investimentos na controlada DLL Corretora de Seguros, geraram receita de seguros no ano de 2022 no valor de R\$ 23.055. A carteira de crédito

creceu atingindo R\$ 11.132.824 em dezembro de 2022, sendo 87,6% desta no setor agrícola que reforça a sustentabilidade do negócio, em virtude de prazos longos de financiamento. Aproximadamente 5,7% da carteira de crédito está no segmento de Construção e Transporte, 4,0% em Equipamentos Médico-hospitalares e 2,7% em Equipamentos de Informática e Softwares. No total, 95% da carteira de crédito do DLL possui garantia. No decorrer do exercício de 2022, o Banco DLL manteve seus esforços no suporte às atividades vinculadas ao setor agrícola, promovendo entre os produtores rurais financiamentos para investimentos em máquinas, equipamentos e implementos. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de crédito no montante total de R\$ 3.292.016, sendo 58% destes com recursos BNDES. O Banco DLL também direcionou seus esforços com o objetivo de proporcionar linhas de crédito diferenciadas, incluindo arrendamento mercantil para equipamentos relacionados à Indústria de Construção e Transporte - "Construction, Transportation & Industrial", Equipamentos de Informática e

Softwares - "Techsolution" e Equipamentos Médico-Hospitalares - "Health Care", atingindo um volume total de liberação de crédito de cerca de R\$ 775.000. Adicionalmente, atuiu também no empréstimo para compras de máquinas novas para formação de estoque das concessionárias conveniadas e parceiros com os produtos de crédito rotativo e compra de recebíveis (comercial finance). Nestes produtos tivemos a liberação de R\$ 5.043.066 para o setor agrícola e mais R\$ 67.005 para o setor de Construção e Transporte. Como parte do plano de diversificação de produtos e aumento da carteira, o Banco DLL emitiu duas Letras Financeiras no ano de 2022, uma no dia 27/06 no montante de R\$ 500.000 e a outra no dia 22/12 no montante de R\$ 800.000. As emissões foram realizadas com a coordenação do Rabobank Brasil e Itaú BBA.

Porto Alegre, 27 de março de 2023
A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2022	2021
Circulante		5.065.134	2.857.159
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.700	19.665
Instrumentos financeiros		5.033.547	2.860.468
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	627.619	30.808
Instrumentos financeiros derivativos	5	462	-
Operações de crédito	6	4.035.452	2.548.253
Operações de arrendamento mercantil	6	288.059	255.368
Outros instrumentos financeiros	7	81.955	26.039
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(70.390)	(59.878)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(64.272)	(53.600)
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(6.118)	(6.278)
Outros ativos		56.277	36.904
Não circulante		6.867.876	5.452.905
Instrumentos financeiros		6.809.314	5.421.552
Instrumentos financeiros derivativos	5	1	-
Operações de crédito	6	6.384.732	4.999.001
Operações de arrendamento mercantil	6	424.581	422.551
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(123.822)	(84.091)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(116.002)	(74.914)
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(7.820)	(9.177)
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	15b	150.179	90.872
Investimentos	8	29.191	20.393
Imobilizado de uso (líquido de depreciação acumulada)		2.962	4.102
Intangível (líquido de amortização acumulada)		52	77
Total do ativo		11.933.010	8.310.064

PASSIVO	Nota	2022	2021
Circulante		3.777.225	2.512.063
Instrumentos financeiros e depósitos		3.703.148	2.439.682
Depósitos	9	1.051.054	80.330
Obrigações por empréstimos no exterior	11	870.200	820.894
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	12a	1.532.701	1.312.358
Obrigações por repasses do exterior	12b	239.042	138.373
Instrumentos financeiros derivativos	5	10.151	87.727
Fiscais e previdenciárias	14a	13.917	35.677
Outros passivos	14b	60.160	36.704
Não circulante		7.266.770	4.943.902
Instrumentos financeiros e depósitos		7.146.613	4.849.043
Depósitos	9	208.403	362.491
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	1.339.412	-
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	12a	3.828.217	3.295.198
Obrigações por repasses do exterior	12b	1.080.900	605.382
Instrumentos financeiros derivativos	5	60.838	-
Dívidas subordinadas	13	440.953	434.483
Rendas diferidas	17	187.890	151.489
Fiscais e previdenciárias	14a	81.173	60.344
Provisão para processos fiscais e trabalhistas	16	38.984	34.515
Patrimônio líquido	18	899.015	854.099
Capital:			
De domiciliados no país		727.000	727.000
De domiciliados no exterior		24	24
Reserva de lucros		161.991	127.075
Total do passivo		11.933.010	8.310.064

Demonstrações do resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Receitas de intermediação financeira		491.497	652.048	655.085
Operações de crédito		547.991	854.201	637.641
Operações de arrendamento mercantil		56.660	103.644	65.781
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		15.248	23.018	6.479
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5	(128.402)	(328.815)	(60.688)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-	5.872
Despesas de intermediação financeira		(362.671)	(356.896)	(278.406)
Operações de captação no mercado		(85.866)	(122.176)	(5.605)
Operações de empréstimos e repasses		(214.492)	(138.667)	(227.619)
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6f	(62.313)	(96.053)	(45.182)
Resultado bruto de intermediação financeira		128.826	295.152	376.679
Outras receitas/(despesas) operacionais		(122.636)	(193.492)	(165.994)
Receitas de prestação de serviços	19	1.037	1.605	1.303
Despesas de pessoal	20	(40.031)	(75.885)	(64.543)
Outras despesas administrativas	21	(70.710)	(118.186)	(85.772)
Despesas tributárias	26	(20.201)	(39.720)	(32.868)
Resultado de participações em controlada	8	6.269	8.797	5.186
Outras receitas operacionais	22	10.955	50.157	35.125
Outras despesas operacionais	22	(10.135)	(20.260)	(24.425)
Resultado operacional		6.190	101.660	210.685
Resultado não operacional		(279)	610	(1.767)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		5.911	102.270	208.918
Imposto de renda e contribuição social		28.099	(1.610)	(68.616)
Provisão para imposto de renda	15a	(1.497)	(19.934)	(36.010)
Provisão para contribuição social	15a	(2.516)	(20.155)	(33.600)
Ativo fiscal diferido		32.112	38.479	2.794
Participação no lucro		(3.438)	(6.742)	(4.647)
Lucro líquido do semestre/exercício		30.572	93.918	137.455
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		727.024	727.024	727.024
Lucro por ação - R\$		0,04	0,13	0,19

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital Social		Reserva de capital		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Legal	Reserva de capital	Legal	Estatutária	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		456.767	93.481	53.110	517.298	176.776	-	1.120.656	-
Aumento de capital social		270.257	(93.481)	-	(176.776)	-	-	137.455	137.455
Lucro líquido do exercício	18d	-	-	-	-	-	-	137.455	137.455
Destinação:									
Reserva legal	18c	-	-	6.873	-	-	(6.873)	-	-
Juros sobre capital próprio	18b	-	-	-	(54.002)	-	-	(54.002)	(54.002)
Distribuição de dividendos	18b	-	-	-	(350.010)	-	-	(350.010)	-
Reserva estatutária	18e	-	-	-	130.582	-	(130.582)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		727.024	-	59.983	67.092	-	-	854.099	854.099
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(59.002)	-	-	(59.002)	(59.002)
Lucro líquido do exercício	18d	-	-	-	-	-	-	93.918	93.918
Destinação:									
Reserva legal	18c	-	-	4.696	-	-	(4.696)	-	-
Reserva estatutária	18e	-	-	-	89.222	-	(89.222)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		727.024	-	64.679	97.312	-	-	899.015	899.015
Saldos em 30 de junho de 2022		727.024	-	63.150	127.271	-	-	917.445	917.445
Juros sobre capital próprio	18b	-	-	-	(59.002)	-	-	(59.002)	(59.002)
Lucro líquido do semestre	18d	-	-	-	-	-	-	30.572	30.572
Destinação:									
Reserva legal	18c	-	-	1.529	-	-	(1.529)	-	-
Reserva estatutária	18e	-	-	-	29.043	-	(29.043)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		727.024	-	64.679	97.312	-	-	899.015	899.015

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco") foi constituído em 6 de março de 2002, na cidade de Porto Alegre - RS e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 3 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002. O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, tendo desenvolvido portfólio no segmento primário, beneficiando principalmente produtores rurais. Adicionalmente, o Banco atua no segmento de "Technology Solutions", direcionado a máquinas e equipamentos para escritório e licença de software, "Health Care", que visa financiamento de equipamentos médico-hospitalares, no segmento de "Construction, Transportation and Industrial", englobando as atividades de "Machine Tools" e "Materials Handling & Constructions", que visa financiamentos a indústria de construção e suporte logístico. Em 11 de fevereiro de 2016, foi constituída a DLL Corretora de Seguros Ltda., que tem como objetivo a prestação de serviços de corretagens em todos os ramos de seguros, consultoria e serviços técnicos de corretagem, como prestação de assistência e administração de carteira de seguros. Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão da COVID-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos e aspectos relacionados a capital. Durante este período, em relação à carteira de clientes, houve renegociações atendendo as Circulares nº 12/2020-BNDES (pandemia), 32/2020-BNDES e 33/2020-BNDES (estíagem), e também as Resoluções 4.782/2020, 4.791/2020, 4.803/2020 (pandemia), 4.801/2020, 4.802/2020 e 4.807/2020 (estíagem) do Banco Central do Brasil. Quanto ao passivo que o Banco possui junto ao BNDES o mesmo também foi renegociado atendendo as Circulares mencionadas anteriormente. O Banco continua monitorando os efeitos econômicos desta pandemia no Brasil e nos demais países que podem afetar adversamente seus resultados mesmo após o período atual de controle da pandemia. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foram estruturados grupos de trabalho que acompanham diariamente os efeitos da propagação da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigar os efeitos desta pandemia. O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. **Impactos relacionadas a invasão russa na Ucrânia:** Com relação a invasão da Rússia à Ucrânia, a Administração lamenta o desenrolar destes fatos sob as várias perspectivas, sejam de ordem políticas, econômicas e humanitárias, dentre outras. A preocupação e o monitoramento da Administração estendem-se aos diversos aspectos da gestão, tais como nossos próprios índices financeiros, que continuam sólidos decorrentes de nossa gestão prudencial, assim como no que tange as consequências junto aos nossos clientes. Foco especial também tem sido dado aos desenvolvimentos regulatórios globais e locais, que incluem gestão de liquidez e sanções financeiras. A Administração do Banco avaliou os impactos e até a data da emissão das demonstrações financeiras não houve a necessidade de ajustes materiais. **Impactos climáticos:** Com os potenciais impactos da mudança climática, o Banco DLL possui mecanismos de monitoramento de riscos sociais e ambientais, principalmente para os processos de análise de crédito. A instituição adota em sua estratégia critérios qualitativos para riscos sociais, ambientais e climáticos, em linha com as diretrizes globais da instituição e de seu setor de sustentabilidade localizado na matriz em Eindhoven - Holanda. Ainda assim, a equipe de Gestão de Riscos realiza análises de riscos não financeiros com enfoque em ESG para clientes que apresentem pontos de atenção em sua análise de crédito. Em dezembro de 2022, foi estruturado um piloto de monitoramento ativo mensal, colhendo informações via satélite pelo MapBiomaps relativas a alertas de desmatamento, bem como, inserindo os intervenientes nas pesquisas de IBAMA e lista de trabalho escravo. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, com um olhar apurado para o gerenciamento de riscos associados às questões ambientais e sociais além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emitidas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020, a qual estabelece os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 02/2020,

revoçou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras emitidas a partir de 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização do imposto de renda e contribuição social diferidas e provisão para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Em 27 de março de 2023, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, sendo essa a moeda funcional e de apresentação do Banco.

3. Descrição das principais práticas contábeis: Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Apuração de resultados:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata dia", calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moeda estrangeira, as quais são calculadas com base no método linear. **b. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para negociação** - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 31/12/2022 e 31/12/2021 o Banco não possuía títulos nessa categoria. **(ii) Títulos disponíveis para a venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários. Em 31/12/2022 e 31/12/2021 o Banco não possuía títulos nessa categoria. **(iii) Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nessa categoria, estão registrados principalmente os valores a receber oriundos de operações de crédito. O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos** - Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do BACEN, obedecendo ao seguinte critério para as operações de swap: os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço. O Banco mantém operação de captação de Dívida Subordinada à qual é designada como objeto de hedge, apresentando como instrumento de hedge o instrumento financeiro derivativo, ambos ajustados ao valor de mercado. Essa estrutura está classificada na categoria de hedge de risco de mercado. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas pelo valor de mercado (valor justo), contabilizando a valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge de risco de mercado é contabilizada em contrapartida às contas de receita e despesa, no resultado do período é destinado a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização. Essas operações estão classificadas como Nivel 2 da hierarquia de valor justo. **d. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN. Víde percentuais mínimos de provisionamento na nota 6.e. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 1º do inciso II do artigo 4º da Resolução nº 2.682/99 do CMN. As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração adota a contagem de prazo em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses conforme trata o parágrafo 1º do inciso II do artigo 4º da Resolução nº 2.682/99 do CMN. Em caso de renegociação das parcelas vencidas junto aos clientes em situação de inadimplência, aplicam-se as políticas internas do Banco em consonância com a regulamentação vigente. Nessas casos os juros pararam de ser apropriados para fins contábeis e os ratings são congelados, permanecendo congelados até haver pagamento substancial do total do valor renegociado ou uma reavaliação de crédito. Exceto para os casos que tiveram resoluções específicas de renegociação pela pandemia ou estíagem, os quais tiveram o prazo de

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Sem

* continuação									
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 do Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84. Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "valores residuais e realizar", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. (iii) Perdas em de arrendamentos: O prejuízo ao final do contrato, apurado em função do exercício da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento. (iv) Superveniência (Insuficiência) de depreciação: O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam em acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais. (v) Provisões para operações de arrendamento mercantil: A classificação das operações de arrendamento mercantil e a constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. h. Investimentos: O Banco possui investimentos em controlada, o qual está avaliado pelo método da equivalência patrimonial. O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do Banco nos lucros ou prejuízos do período ou exercício gerados pela investida após a aquisição. A participação no lucro ou prejuízo do período ou exercício da controlada é reconhecida no resultado do período ou exercício do Banco. As distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento. Nas demonstrações financeiras individuais do Banco as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, os investimentos estão localizados no Brasil conforme demonstrado abaixo:									
Companhia		Natureza	País	31/12/2022	31/12/2021				
DLL Corretora de Seguros Ltda.		Controlada Brasil		99,99%	99,99%				
As participações em controlada são registradas e atualizadas através do método de equivalência patrimonial. i. Ativo imobilizado: O imobilizado de uso é depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos. j. Redução a valor recuperável de ativos não financeiros: O ativo imobilizado e o intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. k. Depósitos a prazo: Estão registrados pelos respectivos valores captados, atualizados "pro rata dia" de acordo com a taxa de juros e indexadores acordados. l. Dívida subordinada: Registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustada pelo efeito de variação cambial. Esses instrumentos de capital e utilizado para compor o Nível II do Patrimônio de Referência. m. Imposto de renda e contribuição social: As provisões para imposto de renda são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e para a contribuição social sobre o lucro líquido na alíquota de 20% conforme legislação fiscal. Em decorrência da MP nº 1.155/2022 convertida na Lei nº 14.446/2022, houve a majoração da alíquota da CSLL, aplicável aos Bancos, de 20% para 21% para o período entre 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022. Os efeitos da majoração foram devidamente reconhecidos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução nº 4.842/2020 e na Resolução BCB nº 15/2020, do CMN, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: (i) Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e (ii) Ter expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. n. Programa de integração social (PIS) e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS): O regime tributário adotado pelo Banco é o Não-Cumulativo com as seguintes alíquotas: PIS (0,65%) e COFINS (4%) aplicadas às receitas operacionais e outras receitas. o. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais: (i) Ativos e passivos contingentes: <i>Ativos contingentes:</i> São divulgados quando for possível a entrada de benefícios econômicos. Ativos contingentes se tornam ativos e são reconhecidos contabilmente quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos. Não existem ativos contingentes registrados em 30 de junho de 2022 e 2021. <i>Passivos contingentes:</i> Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização frequente. São constituídas provisões para os casos classificados e estimados como Perda Provável, e em que baseado no histórico de despesas com casos de mesma natureza, o "valor do risco de perda" pode ser determinado ou estimado de forma confiável. (ii) Obrigações legais: Representadas por exigíveis relativos às obrigações legais, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independente da avaliação dos consultores jurídicos e da Administração. p. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes e aplicações interfinanceiras cujos vencimentos na data de originção sejam iguais ou inferiores a 90 dias. q. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo: Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. r. Outros passivos circulante e exigível a longo prazo: Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. s. Rendas diferidas: Representados por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como rendas diferidas e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito. t. Moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As receitas e despesas em moeda estrangeira foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data do registro contábil. As diferenças de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. u. Normas contábeis emitidas recentemente aplicáveis em 2022 e em exercícios futuros: Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022: I - Em maio de 2020 foi publicada a Resolução CMN nº 4.817, que trata sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. A Resolução entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2022. A Administração já adota o procedimento estabelecido. II - Em maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.910, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e estabelece os requisitos para a constituição, extinção e adaptação do Comitê de Auditoria com efeitos e vigência a partir de exercício social de 2022. O Banco DLL possui Comitê de Auditoria e, portanto, não identificou efeitos relevantes em função da entrada em vigor deste normativo; III - Em junho de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.924, que trata sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciamento contábeis. A Resolução entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2022. A Administração já adota o procedimento estabelecido. IV - Em setembro de 2022 foi publicada a Resolução CMN 4.943 com alterações na Resolução CMN 4.557, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamentos de riscos e capital e a política de divulgação de informações para integrar os riscos social, ambiental e climático na estrutura de gerenciamento de riscos das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e abranger mecanismos de identificação e monitoramento destes riscos em decorrência de seus produtos, serviços e atividades ou processos que sejam desempenhados pela própria instituição, contrapartes, entidades controladas e fornecedores ou prestadores de serviços, iniciou a sua vigência a partir do segundo semestre de 2022; e Os seguintes normativos possuem aplicação para exercícios iniciados após 31/12/2022: V - Em maio de 2022 foi publicada a Resolução BCB nº 229, que revogou a Circular Nº 3.644, estabelecendo novos procedimentos e fatores para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito, com início de vigência para o segundo semestre de 2023. O Banco DLL está avaliando os impactos e efeitos advindos dessa resolução. VI - Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Na avaliação da Administração, com base nas revisões periódicas de enquadramento de porte frente aos critérios estabelecidos na Resolução CMN 4.553, há indicativos de que até a entrada em vigor da Resolução CMN 4.966 (1º de janeiro de 2025) o Banco DLL estará enquadrado no segmento S3. Tais projeções consideram a manutenção do crescimento da exposição total em níveis superiores ao previsto para o crescimento do PIB brasileiro para o período. Visto isso, será solicitada a autorização ao Banco Central do Brasil para utilização de metodologia requerida para instituições do Segmento S3. Caso as projeções de mudança de porte não se confirmem, a não utilização da metodologia simplificada, de igual forma, trará maior sinergia com as práticas adotadas para fins de reporte a nossa controladora que já utiliza de metodologias de apuração de provisão para perdas esperadas em consonância com o Banco Central Europeu. A implementação da normativa foi dividido da seguinte forma: 1. Submissão do pedido de autorização para não uso da metodologia simplificada. 2. Análise comparativa de metodologias de cálculo: 2.1 Estudo comparativo de políticas globais aprovadas pelo Banco Central Europeu com a Resolução CMN 4.966, fundamentado nas seguintes políticas que embasam a provisão para perdas associadas ao risco de									
crédito: este estudo consistiu na avaliação do IFRS 9 - <i>Provisioning Methodologies Standard, Probability on Default (PD) Procedures and Guidelines, Loss Given Default (LGD) Procedures and Guidelines, Exposure at Default (EAD), Procedures and Guidelines, Global Standard on Credit Risk Parameters and Global Procedure on Collections & Recovery; 2.2</i> Estudo de aderência e aplicabilidade de regras globais dentro da Resolução CMN 4.966, considerando aplicação de estágios, avaliação de perda esperada e provisões e marcação de perda esperada; 2.3 Aplicação de regras em sistema: estudo de como replicar ou convergir as regras e cálculos de IFRS9 para o sistema local. 3. Análise de impactos contábeis. 4. Impacto nas arquiteturas de sistema. 5. Treinamentos. Também foram avaliados os riscos relacionados à implementação do projeto (alterações regulatórias, alocação do time de projeto, custos com investimentos e uso de informações corporativas), o processo de monitoramento de novos normativos que estejam relacionados à Resolução CMN 4.966 e estruturação de um comitê responsável pela supervisão e acompanhamento do plano, de forma independente. VII - Em dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. VIII - Em novembro de 2022 foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A normativa entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2023. A Administração avaliou todos os impactos e alterações para atender a normativa e não identificou impactos materiais.									
4. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas Demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:									
				2022		2021			
		2º Semestre	Exercício	Exercício					
No início do semestre/exercício		45	19.665	10.991					
Disponibilidades		151.700	30.808	187.845					
Aplicações interfinanceiras de liquidez		151.700	-	-					
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	-	187.845					
Operações comprometidas (LTN)		-	-	-					
Operações comprometidas (LFT)		-	30.808	-					
Total		151.745	50.473	198.836					
No final do semestre/exercício									
Disponibilidades		45.700	45.700	19.665					
Aplicações interfinanceiras de liquidez		627.619	627.619	30.808					
Aplicações em depósitos interfinanceiros		627.619	627.619	-					
Operações comprometidas (LFT)		-	-	30.808					
Total		673.319	673.319	50.473					
5. Instrumentos financeiros derivativos: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por operações de swap, as quais são utilizadas principalmente para compensar as variações relacionadas ao descasamento da estrutura de ativos e passivos.									
		Ativo		2022		2021			
		Valor de referência	Venc. até 1 ano	Venc. acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor da curva	Valor de mercado		
Swaps		220.636	462	-	462	462	-		
Dólar x CDI		-	-	1	1	1	-		
CDI x Pré		-	-	1	1	1	-		
Total		220.636	462	1	463	463	-		
		Passivo		2022		2021			
		Valor de referência	Venc. até 1 ano	Venc. acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor da curva	Valor de mercado		
Swaps		543.092	10.151	-	10.151	10.151	68.603		
Euro x CDI		-	-	60.838	60.838	60.838	19.124		
Dólar x CDI		450.000	-	-	-	-	-		
Total		993.092	10.151	60.838	70.989	70.989	87.727		
As operações não registradas e custodiadas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em receitas de R\$ 32.825 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 71.428) e despesas de R\$ 361.640 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 132.116), registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".									
6. Operações de crédito: a) Composição das operações de crédito e arrendamento mercantil									
				2022		2021			
		Emprestimos	345.830	58.896					
		Financiamentos	853.284	762.209					
		Financiamentos rurais e agroindustriais	8.178.373	6.320.317					
		Arrendamento mercantil ⁽¹⁾	712.640	677.919					
		Avais e fianças honradas	21	48					
		Títulos e créditos a receber ⁽²⁾	1.042.676	405.784					
		Subtotal	11.132.824	8.225.173					
		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(194.212)	(143.969)					
		Total	10.938.612	8.081.204					
⁽¹⁾ Saldo apresentado pelo valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais (vide Nota 3.g). ⁽²⁾ Refere-se a operações de compra de recebíveis, registrada na rubrica de outros créditos diversos.									
b) Composição da carteira por tipo de cliente									
				2022		2021			
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão				
Pessoa física		7.820.032	(129.043)	6.136.438	(92.449)				
Pessoa jurídica		3.312.792	(65.169)	2.088.735	(51.520)				
Total		11.132.824	(194.212)	8.225.173	(143.969)				
c) Composição da carteira de crédito por atividade econômica									
				2022		2021			
Setor privado									
Agricultura		9.746.930	7.111.698						
Construção e Transporte		640.042	425.209						
Equipamentos Médico-hospitais		443.445	363.880						
Equipamentos de Informática e Softwares		302.407	324.386						
Total		11.132.824	8.225.173						
d) Concentração dos maiores tomadores de crédito									
				2022		2021			
		Valor	Carteira	% Patrimônio de referência	Valor	Carteira	% Patrimônio de referência		
Maior		91.332	0,82%	10,27%	63.356	0,77%	7,42%		
10 maiores seguintes		497.952	4,47%	56,01%	321.838	3,91%	37,68%		
20 maiores seguintes		549.338	4,93%	61,80%	334.641	4,07%	39,18%		
Demais		9.994.202	89,78%	23,92%	7.505.338	91,25%	83,30%		
Total		11.132.824	100,00%	100,00%	8.225.173	100,00%	100,00%		
e) Composição da carteira de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e provisão para créditos de liquidação duvidosa.									
				2022		2021			
		Contratos em curso normal	Contratos em atraso	Total	% Valor				
A		6.631.660	111.203	6.742.863	0,5%	(33.714)			
B		3.283.977	63.310	3.347.287	1,0%	(33.473)			
C		784.107	42.988	827.095	3,0%	(24.813)			
D		62.026	19.661	81.687	10,0%	(8.169)			
E		25.744	10.824	36.568	30,0%	(10.970)			
F		5.504	9.042	14.546	50,0%	(7.273)			
G		8.642	14.618	23.260	70,0%	(16.282)			
H		29.116	30.402	59.518	100,0%	(59.518)			
Total		10.830.776	302.048	11.132.824		(194.212)			
				Provisão mínima (Res. nº 2.682/99)					
Nível de risco									
A		5.468.737	20.470	5.489.207	0,5%	(27.446)			
B		2.079.483	23.489	2.102.972	1,0%	(21.030)			
C		475.126	7.407	482.533	3,0%	(14.476)			
D		19.285	15.548	34.833	10,0%	(3.483)			
E		15.105	20.711	35.816	30,0%	(10.745)			
F		6.028	3.950	9.978	50,0%	(4.989)			
G		21.684	5.129	26.813	70,0%	(18.769)			
H		24.665	18.356	43.021	100,0%	(43.021)			
Total		8.110.113	115.060	8.225.173		(143.959)			
O Banco adotou como política não classificar operações de crédito com nível de risco "AA".									
f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa									
				2022		2021			
		2º Semestre	Exercício	Exercício					
Saldo inicial no período		(169.922)	(143.969)	(125.665)					
Constituição		(62.313)	(96.053)	(45.182)					
Créditos baixados contra prejuízo		38.023	45.810	26.878					
Saldo final no período		(194.212)	(194.212)	(143.969)					
Créditos recuperados		(12.176)	(23.587)	(36.777)					

g) Composição da carteira por vencimento: As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:									
A vencer:		2022		2021					
Até 30 dias		477.349	187.010						
De 31 a 60 dias		769.895	301.705						
De 61 a 90 dias		365.458	172.846						
De 91 a 180 dias		1.104.864	925.302						
De 181 a 360 dias		1.605.945	1.199.336						
Subtotal		4.323.511	2.786.199						
De 360 a 720 dias		2.273.156	1.871.906						
De 721 a 1080 dias		1.694.199	2.976.795						
Acima de 1081 dias		2.801.584	572.849						

*** continuação** **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 do Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

13. Dívidas subordinadas: Refere-se a empréstimo caracterizado como "Dívida Subordinada", conforme Resolução n° 4.192/2013 do CMN, sendo empréstimo contraídos em dólares com a parte relacionada DLL International BV realizado em 17 de dezembro de 2021 com vencimento do principal em 17 de dezembro de 2031, com a possibilidade de liquidação integral a partir de 17 de dezembro de 2026, com taxa de juros de 6,96% a.a..

	2022	2021
Instrumento de dívida elegíveis a capital	440.953	434.483
Total	440.953	434.483
Circulante	-	-
Não-Circulante	440.953	434.483

O Banco, para proteger os efeitos cambiais dessa captação em USD, contratou SWAP destinados à cobertura do risco de cambial avaliados nos termos da Circular n° 3.082/2002 do BACEN. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as operações com esse SWAP resultaram em despesa de R\$ 60.838 (R\$ 19.124 em 31 de dezembro de 2021) que compõe o saldo descrito na Nota Explicativa 5.

14. Outras obrigações: a. Fiscais e previdenciárias

	2022	2021
Provisão para imposto de renda sobre o lucro (vide nota 15) (1)	-	11.329
Provisão para contribuição social sobre o lucro (vide nota 15) (2)	3.876	16.621
Provisão para imposto de renda diferido (vide nota 15 b)	81.173	60.344
Impostos e contribuições sobre salários a pagar	3.788	3.114
COFINS a pagar	1.351	1.418
ISS s/serviços a pagar	1.330	807
PIS a pagar	221	230
Outros impostos e contribuições	3.351	2.158
Total	95.090	96.021
Circulante	13.917	35.677
Não-circulante	81.173	60.344

(1) Na Provisão para imposto de renda sobre o lucro no valor de R\$ 24.777 (R\$ 35.993 em 31 de dezembro de 2021) estão deduzidos os pagamentos por estimativas de R\$ 28.570 (R\$ 24.644 em 31 de dezembro de 2021) gerando um valor a compensar de R\$ 3.793 (R\$ 11.349 a pagar em 31 de dezembro de 2021). (2) Na Provisão para contribuição social sobre o lucro no valor de R\$ 20.155 (R\$ 33.579 em 31 de dezembro de 2021) estão deduzidos os pagamentos por estimativas de R\$ 17.557 (R\$ 16.958 em 31 de dezembro de 2021) restando o valor a pagar de R\$ 2.598 (R\$ 16.621 em 31 de dezembro de 2021).

b. Outras passivos (conforme BP)

	2022	2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	658	613
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	34.358	31.249
Recebimentos de cobrança a processar (2)	11.698	2.751
Operações de crédito a liberar	11.176	149
Outros valores a pagar	2.270	1.942
Total	60.160	36.704
Circulante	60.160	36.704
Não-Circulante	-	-

(1) Referem-se, a provisões relativas a despesas de pessoal, despesas com serviços técnicos especializados e outras despesas administrativas. (2) Refere-se a valores recebidos em cobrança de operações de crédito ainda não identificados.

15. Imposto de renda e contribuição social: a. Demonstração do cálculo

2022		2021				
2° Semestre	Exercício	2° Semestre	Exercício			
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL			
Resultado antes da tributação sobre o lucro e juros sobre capital próprio	5.909	5.909	102.270	102.270	208.918	208.918
Participação no lucro	(3.437)	(3.437)	(6.742)	(6.742)	(4.647)	(4.647)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.472	2.472	95.528	95.528	204.271	204.271
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos						
Diferenças Temporárias	71.360	71.360	85.509	85.509	6.142	6.142
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.290	24.290	50.243	50.243	18.304	18.304
Operações de crédito transferidas para prejuízo	25.335	25.335	26.842	26.842	(12.457)	(12.457)
Provisão para contingência	3.336	3.336	4.469	4.469	1.948	1.948
Superveniência de depreciação	(7.549)	(7.549)	(46.286)	(46.286)	(2.207)	(2.207)
Outros (1)	25.948	25.948	50.241	50.241	554	554
Diferenças Permanentes	(63.472)	(63.472)	(75.213)	(75.086)	(67.300)	(67.845)
Despesas não-dedutíveis	13.601	13.601	4.388	4.388	1.888	1.343
Equivalência patrimonial	(6.270)	(6.270)	(8.798)	(8.798)	(5.186)	(5.186)
Juros Sobre Capital Próprio	(59.002)	(59.002)	(59.002)	(59.002)	(54.002)	(54.002)
Rdas. Variação Monetária Ativa	(11.801)	(11.801)	(11.801)	(11.801)	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	10.360	10.360	105.824	104.951	153.113	152.568
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas de 25% e 20% respectivamente	(2.590)	(2.516)	(26.455)	(21.434)	(38.278)	(33.600)
Incentivos fiscais - PAT, doações e Empresa Cidadã e outros	1.093	-	6.523	1.279	2.269	-
Crédito tributário	17.839	14.273	21.377	17.102	1.553	1.242
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social	16.342	11.757	1.443	(3.053)	(34.457)	(32.358)

(1) Aumento compreende principalmente o saldo de diferido ativo sobre o ajuste a valor de mercado.

b. Movimento dos créditos tributários e passivo diferido: Os créditos tributários no valor de R\$ 150.179 (R\$ 90.872 em 31 de dezembro de 2021) encontram-se classificados na rubrica "Outros créditos - diversos" e o passivo diferido no valor de R\$ 81.173 (R\$ 60.344 em 31 de dezembro de 2021) encontram-se classificados na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". Sua composição e movimentação durante o exercício está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Constituição/ (Realização)	31/12/2022
Provisão para devedores duvidosos	64.787	22.608	87.395
Operações de crédito transferidas para prejuízo	5.193	12.079	17.272
Provisão para contingência	15.532	2.011	17.543
Outros (1)	5.360	22.609	27.969
Saldo	90.872	59.307	150.179
	31/12/2021	Constituição/ (Realização)	31/12/2022
Superveniência de depreciação	(60.344)	(20.829)	(81.173)
Total	(60.344)	(20.829)	(81.173)

(1) Aumento refere-se substancialmente ao crédito tributário diferido sobre o ajuste ao valor de mercado da dívida subordinada.

c. Estimativas de realização: A Administração do Banco, fundamentado em estudo técnico que considera expectativa de geração de lucros futuros, estima a realização dos créditos tributários num prazo máximo de sete anos. O valor do crédito tributário está apresentado como segue:

	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26	dez/27	dez/21	Total
Provisão s/operções de crédito	31.675	19.079	12.741	23.899	87.394	64.786	316.974
Créditos baixados como prejuízo	17.118	(1.109)	(966)	2.229	17.272	5.193	32.837
Provisão para contingências	4.386	4.386	4.386	4.386	17.544	15.532	59.002
Outros	6.623	-	-	21.346	27.969	5.361	61.309
Subtotal	59.802	22.356	16.161	51.860	150.179	90.872	370.344
Superveniência depreciação	(18.716)	(20.129)	(20.349)	(21.980)	(81.173)	(60.344)	(242.739)
Total	41.086	2.227	(4.188)	29.880	69.006	30.528	127.605

O Banco não possui créditos tributários não registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

16. Provisão para processos fiscais e trabalhistas - Demandas judiciais: (i) Ativos Contingentes: nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como praticamente certos de realização. **Ação judicial de Pis e Cofins** - Em dezembro de 2014, o Banco ingressou com ação judicial pleiteando a repetição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, nos últimos cinco anos, sobre as receitas financeiras decorrentes de sua atividade principal, já que tais tributos somente podem incidir sobre o faturamento, assim entendido como produto da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços. O processo aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal, o qual aprecia a questão em recurso com repercussão geral reconhecida. **(ii) Passivos Contingentes:** as provisões foram constituídas considerando os critérios descritos na Nota 3. o, aprovados pela Administração e admitidos pela regulamentação em vigor, de maneira consistente, com base na avaliação de assessores jurídicos. A Administração considera remota a probabilidade de que pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados. Os passivos contingentes com risco provável de perda do Banco estão descritos abaixo: **• Provisões Trabalhistas:** São provenientes de ações movidas, na grande maioria, por ex-funcionários que pleiteiam direitos trabalhistas que entendem devidos. A apuração das provisões trabalhistas é realizada mensalmente a partir do valor do pedido, e a probabilidade de perda, por sua vez, é estimada de acordo com os fatos, matéria de direito e despesas esperadas relacionadas diretamente ao andamento de cada ação. Para provisão contábil consideram-se os valores classificados como perda provável. **• Provisões Cíveis:** Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral e ou material, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a questionamento de juros e mora e ou por terem sido incluídos em sistemas restritivos de crédito e central de risco do Banco Central do Brasil. Os valores encontram-se provisionados em sua totalidade, obedecendo a escala de provisionamento de prováveis, não sendo provisionado os classificados como possíveis e remotos. **Processos de Natureza Fiscais e Previdenciárias:** os passivos de obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de ações conjuntas promovidas pela Federação de Bancos referentes à majoração de alíquota de INSS relativo ao SAT - Seguro de Acidentes de Trabalho e visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas a título de aviso prévio indenizado.

Os valores encontram-se integralmente provisionados com base no depósito judicial efetuado e são contabilizados na linha "outros impostos e contribuições" na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Na tabela abaixo incluímos os valores provisionados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Natureza	2022	2021
Cíveis	4.601	5.208
Fiscais	1.824	1.745
Trabalhistas	32.559	27.562
Total geral	38.984	34.515

Em 31 de dezembro de 2022, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível relativos a processos cíveis, cujo valor estimado de perda é de R\$ 4.585 (R\$ 5.030 em 31 de dezembro 2021).

Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

	31/12/2021	Adições	Utilização	Reversão	31/12/2022
Cíveis	5.208	3.261	(2.756)	(1.112)	4.601
Fiscais	1.745	79	-	-	1.824
Trabalhistas	27.562	12.974	(4.231)	(3.746)	32.559
Total	34.515	16.314	(6.987)	(4.858)	38.984
	31/12/2020	Adições	Utilização	Reversão	31/12/2021
Cíveis	5.822	3.146	(1.067)	(2.693)	5.208
Fiscais	1.454	291	-	-	1.745
Trabalhistas	25.291	18.781	(2.072)	(14.438)	27.562
Total	32.567	22.218	(3.139)	(17.131)	34.515

17. Rendas Diferidas: Representados por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito. Esses saldos eram apresentados até 31 de dezembro de 2021 como Resultado de Exercícios Futuros, com a extinção desse grupo de contas conforme Resolução BCB 92, os saldos foram reclassificados a partir de 01 de janeiro de 2022 para Outras Obrigações.

	31/12/2021	Entradas	Aproprações	31/12/2022
Arrendamento mercantil	1.199	1.248	(846)	1.601
Financiamento	150.290	110.279	(74.280)	186.289
Total	151.489	111.527	(75.126)	187.890

	31/12/2020	Entradas	Aproprações	31/12/2021
Arrendamento mercantil	734	892	(427)	1.199
Financiamento	140.861	78.851	(69.422)	150.290
Total	141.595	79.743	(69.849)	151.489

A renda diferida de equalização e juros possui uma vigência média de 7 anos, sendo o montante diferido ao longo deste período.

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social de 272.023.697 ações (272.023.697 em 31 de dezembro de 2021), está representado por ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, assim distribuídas entre seus acionistas:

	2022	2021
De Lage Landen Participações Ltda.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
Total	100,00%	100,00%

b. Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco. A administração do Banco aprovou, em reuniões da Diretoria realizadas em 15 de dezembro de 2022 a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio antecipados, calculados de acordo a Lei nº 9.249/95, com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), de R\$ 59.002 no exercício de 2022 (R\$ 54.002 em 2021) pagos em dezembro de 2022. A Administração, em consonância com os poderes que lhes foram conferidos, determinou pela destinação da parcela remanescente do lucro líquido, após a constituição da reserva legal, para a Reserva de Lucros - Estatutária, não havendo, portanto, distribuição de dividendos sobre os lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 350.010 em 2021). **c. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi no montante de R\$ 4.698 (R\$ 6.873 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). **d. Lucros acumulados:** O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 93.918 (R\$ 137.455 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), integralmente destinado para constituição de reservas. **e. Reserva Estatutária:** A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantia de futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social. O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria. O Banco constituiu reserva estatutária no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 89.222 (R\$ 130.582 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), após as deduções de 5% da reserva legal, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco.

19. Rendas de tarifas bancárias

	2022	2021
Rendas de tarifas bancárias	1.037	1.605
Total	1.037	1.605

20. Despesas de pessoal

	2022	2021
Salários	(16.230)	(31.461)
Férias	(2.162)	(4.036)
Benefícios	(11.821)	(23.096)
Encargos sociais	(9.663)	(17.069)
Outras despesas	(155)	(223)
Total	(40.031)	(75.885)

21. Outras despesas administrativas

	2022	2021
Emolumentos judiciais, cartoriais e outros	(4.512)	(7.942)
Seguros	(1.449)	(2.375)
Serviços de terceiros, manutenção e conservação	(3.612)	(5.770)
Processamento de dados	(10.376)	(19.864)
Serviços técnicos especializados	(28.960)	(50.656)
Comunicação	(310)	(687)
Promoções e relações públicas	(2.450)	(3.868)
Aluguéis	(2.096)	(4.099)
Viagem no país e exterior	(1.863)	(3.487)
Amortização e depreciação	(944)	(1.806)
Outras despesas administrativas	(14.138)	(17.632)
Total	(70.710)	(118.186)

22. Outras receitas e despesas operacionais

	2022	2021
Outras receitas	2.211	4.858
Recuperação despesas (1)	4.218	30.212
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16)	2.241	17.131
Rendas com variação monetária ativa (1)	4.210	14.801
Outras rendas operacionais	286	354
Total	10.955	50.157

(1) Referem-se a recuperação de despesas administrativas e reversão de provisões de despesas operacionais, sendo que, R\$ 21.537 refere-se a recuperação de ganho judicial de ação de PIS/COFINS sobre operações de arrendamento mercantil ocorrida em 2022. Essa ação gerou adicionalmente R\$ 8.378 de atualização na linha de variação monetária ativa.

Outras despesas

	2022	2021
Despesas com provisões para passivos contingentes (Nota 16)	(7.820)	(16.314)
Despesas com variação monetária passiva	(42)	(80)
Outras despesas operacionais	(2.273)	(3.866)
Total	(10.135)	(20.260)

23. Partes relacionadas: A controladora direta do Banco é a De Lage Landen Participações Ltda., uma subsidiária do grupo De Lage Landen que é parte integrante do grupo Rabobank International. O Banco tem como controlada a DLL Corretora de Seguros Ltda., da qual detém 99,99% das quotas. As principais operações com as partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado da época da operação, podem ser resumidas como segue: **a) Transações com a controladora direta De Lage Landen Participações Ltda.**

	2022	2021
Depósitos a prazo (remuneração média de 100% do CDI)	95.831	55.357
Resultado	(3.145)	(4.469)

b) Transações com a controladora indireta De Lage Landen International B.V.

	2022	2021
Valores a receber de serviço técnico especializado	2.223	1.177
Passivo	405.734	-
Instrumento de dívida elegíveis a capital	14.196	-
Prov. Serviços Técnicos Exterior	-	-
2° Semestre Exercício	(14.882)	(33.651)

c) Transações com controlada: DLL Corretora de Seguros Ltda.

	2022	2021
Depósitos a prazo (remuneração média de 100% do CDI)	3	

* continuação		Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 do Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)																	
<p>b. O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus colaboradores e Administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R\$ 361 no semestre e R\$ 686 no exercício de 2022 (R\$ 549 em 2021). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida. c. Em atendimento às normas previstas no CPC nº 33 e Resolução nº 4.424 do CMN, de 25 de junho de 2015, a Administração efetuou uma avaliação preliminar com o propósito de identificar e determinar o montante dos passivos atuariais relativos a benefícios a empregados. Esta avaliação concluiu que o Banco não possuía passivo com essas características em 31 de dezembro de 2022 e 2021.</p>		<p>27. Resultados não recorrentes: De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, determina-se que o resultado não recorrente trata-se do resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão compostos da seguinte forma:</p>		<p>28. Eventos Subsequentes: Em 17 de março de 2023, na Assembleia Geral Extraordinária, os controladores aprovaram aumento de capital no valor de R\$ 75.002. O aumento do capital social foi realizado por meio da capitalização de recursos em moeda e subscrição de novas ações. Dessa forma, o Capital Social do Banco De Lage Landen Brasil passou a ser R\$ 802.026 (R\$ 727.024 em 31/12/2022) e se encontra em processo de homologação pelo Bacen.</p>															
		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2022</th> <th>2021</th> </tr> <tr> <th>2º Semestre</th> <th>Exercício</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(278)</td> <td>(110)</td> <td>1.767</td> </tr> <tr> <td>-</td> <td>720</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(278)</td> <td>610</td> <td>1.767</td> </tr> </tbody> </table>		2022		2021	2º Semestre	Exercício	Exercício	(278)	(110)	1.767	-	720	-	(278)	610	1.767	<p>29. Outros assuntos: O Banco DLL, efetuou um levantamento dos seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais, informa que neste momento não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes de decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08/02/2023.</p>
2022		2021																	
2º Semestre	Exercício	Exercício																	
(278)	(110)	1.767																	
-	720	-																	
(278)	610	1.767																	
<p>Fernando Valderrábano Vázquez - Diretor Presidente Alberto Flores Rosa - Diretor Executivo Ricardo Pegorini - Diretor Executivo</p>		<p>Luiz Eduardo da Fonseca Hartmann - Diretor Executivo Paulo Ricardo Magalhães Rocha - Diretor Executivo Anderson Juliano dos Santos - Diretor Executivo</p>		<p>Responsáveis Técnicos Guilherme Pieri Pacheco - CRC RS 098418/O-5 - Gerente Contábil Claudio Miromi Schutz Mengue - CRC RS 056825/O-8 - Especialista Contábil</p>															
<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p>																			
<p>Aos Administradores e Acionistas Banco De Lage Landen Brasil S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da</p>																			
<p>Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos</p>																			
<p>procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>																			
<p>Porto Alegre, 27 de março de 2023</p>																			
<p>pwc PricewaterhouseCoopers Audidores Independentes Ltda. CRC 2SP00160/O-5</p>																			
<p>Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6</p>																			

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC